

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 25ª
(VIGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 4 DE ABRIL DE 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 19ª Sessão Ordinária;
- Ata da 20ª Sessão Ordinária;
- Ata da 21ª Sessão Ordinária;
- Ata da 22ª Sessão Ordinária;
- Ata da 3ª Sessão Extraordinária.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 2

Não havendo *quorum* para o início dos trabalhos, a Presidência vai suspender a sessão por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h13min, a sessão é reaberta às 15h32min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos aqui os cantineiros do Distrito Federal. É uma questão de interesse do conjunto desses trabalhadores e, creio, dos 24 Deputados. Essa é uma luta de alguns Deputados, mas o conjunto está comprometido com isso. Eles estão aqui hoje, e talvez seja a décima vez que vêm à Câmara Legislativa. O Deputado Wellington Luiz, que está aqui há mais tempo, é testemunha disso. Nós aprovamos – não é, Deputada Luzia de Paula? –, há quatro anos, um projeto que poderia ter resolvido a situação deles. Entretanto, o Tribunal de Justiça tomou uma decisão, e eu não vou discuti-la. Cabe a nós reparar.

V.Exa. assumiu um compromisso conosco de procurarmos o Governador Rodrigo Rollemberg. Nós o procuramos em nome da Câmara Legislativa, já que não podemos apresentar projeto desse teor. Tem que ser privativo do Executivo. S.Exa. mandou o projeto. O projeto tem um artigo.

Conversei ontem com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é da CCJ. S.Exa. esteve aqui e votou o projeto hoje pela manhã. O projeto ainda passa pela Comissão de Assuntos Sociais. A Deputada Luzia de Paula é a Presidente e tem o maior interesse em resolver isso, e passa também pela CEOF, cujo Presidente é o Deputado Agaciel Maia, um companheiro de fé que tem o maior interesse em resolver isso.

O que eu quero pedir a V.Exa. – a Deputada Luzia de Paula já vai falar também pela ordem – é que pautemos o projeto para hoje, essa é a nossa preferência. Mas se V.Exa. não puder pautá-lo para hoje, paute o projeto para amanhã, a fim de que eles saiam daqui com a certeza de que o projeto será votado e poderem voltar.

Deputado Joe Valle, avalie a situação de terror que essas pessoas estão vivendo. São pessoas de idade, com problemas sérios de saúde. Está ali a Lena, que eu chamo de mulher da sacola, porque ela andava com uma sacola de remédios controlados e os tomava por causa da tensão em que vivem. V.Exa. apresentou um projeto que disciplinou a questão da venda de alimentos. Na época, eles ficaram meio bronqueados com o Deputado Joe Valle. Eu falei: "Olha, não é motivo de bronca. Basta ser criativo, parar de vender refrigerante, que não dá lucro nenhum, e vender coisa que dá lucro". Estão vendendo. Quem optou por fazer suco natural,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04	04	2017	15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

outros produtos, tapioca e outras coisas, está ganhando mais dinheiro do que se estivesse vendendo Coca-Cola.

Portanto, a gente quer devolver essa tranquilidade de eles trabalharem na legalidade e sem temor de serem atropelados.

É isso, Sr. Presidente. Minha questão é pedir isso a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero me colocar à disposição. Amanhã chamarei uma reunião da Comissão de Assuntos Sociais, para que possamos votar o projeto. Caso não alcancemos *quorum*, por estarmos em cima da hora, farei em plenário o parecer, a fim de que não se retarde mais a aprovação desse projeto tão importante para esse importante segmento, com o qual tenho convivência e certeza da necessidade dessa legalização.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ontem eu participei da reunião do Colégio de Líderes e já foi tratado com os Líderes – estava presente o Deputado Ricardo Vale, que faz parte da equipe do Deputado Chico Vigilante e do Deputado Wasny de Roure – que esse projeto iria passar pelas Comissões. A Deputada Luzia de Paula está adiantando, porque a comissão dela iria se reunir só no dia 12, mas combinamos de passar o projeto pelas Comissões, para votarmos amanhã no plenário.

Então, eu quero pedir a todos os Deputados que compareçam amanhã, para realmente votarmos. Como disse o Deputado Chico Vigilante, são pais de família que estão passando necessidade e, se não tiverem autorização, a fiscalização está tirando todo mundo. Temos que ver que o Executivo está colaborando, mandando para cá. Nós já fizemos várias reuniões com o Magalhães, que é o presidente da associação de vocês, com o Deputado Chico, e com a Deputada Celina Leão. Não podemos esquecer que ela foi a relatora da CCJ. Temos que ser fiel a quem é fiel a nós. Então, ela está ajudando vocês, está colaborando. No final, é a Casa toda que ajuda vocês nisso aí.

Pelo que senti, parece que o acordo no Colégio de Líderes foi para a votação ser amanhã, porque o projeto não tinha passado nas Comissões. Ainda falta passar pela comissão do Deputado Agaciel Maia e da Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa matéria tem estado aqui no plenário, e eu felicito particularmente a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 4

Deputada Telma Rufino e o Deputado Chico Vigilante. Conheço essa matéria há muitos anos, e há uma esperança neste momento nesse projeto de lei. A gente sabe que administrações muito pontuais estão sendo feitas para tentar encontrar uma situação de viabilidade à sobrevivência dessas unidades.

Eu quero votar – e votar favoravelmente. É importante, Deputada Telma Rufino, que essa Comissão que falta ser ouvida possa se manifestar, e a matéria de fato possa vir a plenário. É verdade que o governo recentemente mandou o projeto de lei. Entendo que foi uma grande vitória. Uma grande vitória! A gente sabe que o governo tem uma relação muito estreita com o Ministério Público, por isso tem muita condição de negociar situações pontuais, a exemplo das bancas de revista e das bancas de feira. Essa é uma realidade que todos nós herdamos.

Lá no gabinete, Deputada Telma Rufino, tenho recebido em torno de sete quiosqueiros, porque agora, com os novos terminais em Samambaia, eles foram excluídos de irem para os terminais de ônibus. Vai ser licitado, e aí, Sr. Presidente, o que sobrou para eles foi ficar próximo ao terminal. Nós temos que entender que vivemos em uma sociedade com alto índice de desemprego. O Estado tem que saber dialogar com os órgãos de controle, entendendo a necessidade de sobrevivência dos trabalhadores no mercado informal, que já vivem na dimensão da informalidade, sem a cobertura previdenciária e trabalhista. Então, nós precisamos ter um olhar de respeito e consideração.

Eu creio que a Deputada Telma Rufino, a Deputada Celina Leão e o Deputado Chico Vigilante têm sido atuantes nessa bandeira. Eu quero votar, Deputada Telma Rufino. Eu cheguei achando que seria o primeiro item da pauta e que seria suspenso para os pronunciamentos, mas nós estaremos amanhã aqui para cumprir o mesmo papel. Conte comigo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Wasny de Roure.

Esclarecendo ao pessoal das cantinas, temos toda a intenção de votar. Nós temos um rito de passagem nas Comissões. É importante que o projeto passe por elas. A Deputada Luzia de Paula já convocará a Comissão de Assuntos Sociais para amanhã de manhã. O Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aqui conosco, é uma pessoa que também apoia os cantineiros e que sempre os apoiou aqui nesse plenário. Eu tenho certeza de que o projeto passará pelas Comissões amanhã de manhã e de que o votaremos na parte da tarde. Foi combinado no Colégio de Líderes que votaríamos na próxima terça-feira, mas, atendendo os Deputados aqui, como o Executivo já colocou, o projeto passará amanhã pelas Comissões e o colocaremos na Ordem do Dia de amanhã mesmo, com certeza.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nas Comissões, por mais que a Deputada Luzia de Paula e o Deputado Agaciél Maia

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 5

façam um esforço, poderá haver *quorum* ou não. Portanto, o que nós queremos é o compromisso de que, independentemente de *quorum* nas Comissões, a Deputada Luzia de Paula, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e o Deputado Agaciel Maia, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, darão parecer em plenário, caso não se obtenha *quorum* nas Comissões. Solicito que V.Exa. já determine, independentemente de haver *quorum* nas Comissões ou não, que o projeto será o primeiro item da pauta do dia de amanhã.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas reafirmar o meu compromisso com o segmento. Caso não haja *quorum* na Comissão, faremos o nosso parecer em plenário.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é até por uma questão de gratidão. Quando eu vim do Nordeste, fui cursar o segundo grau, Deputado Chico Vigilante, no Elefante Branco. Eu ia de manhã para o Elefante Branco e não tinha o dinheiro da passagem para voltar para casa na hora do almoço. Eu morava no Guarã II, e lá não havia nem asfalto ainda. Estou aqui vivo e com saúde graças aos cantineiros, porque eu ficava direto lá no Elefante Branco e era a cantina que me salvava, porque os preços eram baratos. Eu comia um pastel e um brigadeiro, tomava um suco de maracujá. E escapei. Portanto, Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, Deputada Telma Rufino, que também trata muito desse assunto, no que depender de mim para dar parecer a favor dos cantineiros, considerem meu parecer favorável. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Colégio de Líderes comanda o processo. Então, colocaremos isso para o Colégio de Líderes amanhã e, se não houver *quorum* nas Comissões, vamos fazer a votação em plenário. Só deixo registrado que estamos dando um prazo, estamos fazendo um trabalho muito consciente em relação a esse projeto que vem do Executivo, mas, sobre ele, há acordo e, havendo acordo, o Plenário é soberano.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o objetivo é esse. V.Exa. pautou neste instante. Portanto, os cantineiros que quiserem continuar acompanhando a sessão aqui são muito bem-vindos. Os que precisarem voltar para as escolas porque têm de vender alguma coisa podem ir para as escolas com a certeza de nós vamos votar o projeto amanhã e de que eles sairão daqui com ele aprovado.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Os cantineiros têm aqui o apoio de vários Deputados, para não dizer de todos. Eu estou à disposição, se quiserem conversar sobre a lei que nós fizemos e que foi aprovada nacionalmente agora. Há uma lei nacional, não vou dizer que ela copia a nossa lei no Distrito Federal, mas nós, mais uma vez, demos exemplo para o Brasil. Vai ser muito bom para todos os cantineiros isso.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco União por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Enquanto os cantineiros estão saindo, quero deixar bem claro que meu voto também é a favor deles.

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Deputado Wellington Luiz, Deputada Telma Rufino, demais colegas, imprensa, amigos, mais uma vez, volto à tribuna desta Casa para tratar de um assunto que, pelo menos, eu julgo de muita importância e, ao mesmo tempo, preocupante, que é a discriminação religiosa.

Ontem, o Deputado Chico Vigilante nos proporcionou a oportunidade de lançamento da Campanha da Fraternidade aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal. A Deputada Luzia de Paula aqui esteve, além de outros Deputados.

Mais grave, senhores, é a discriminação religiosa no seio da própria administração pública, mais precisamente na Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Entramos no terceiro ano do governo, e o segmento cristão ainda não mereceu a atenção devida por parte do Secretário de Cultura do Distrito Federal, Sr. Guilherme Reis.

Talvez alguém precise avisá-lo de que a esmagadora maioria da população do Distrito Federal é cristã. De acordo com o último censo demográfico, o de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, cerca de 83,5% da população brasiliense se declarou adepta de alguma religião cristã. Considerando que, naquele ano, a população total de nossa cidade somava aproximadamente 2,5 milhões de habitantes, os cristãos superavam a marca dos 2,1 milhões de habitantes, número que hoje é muito maior, já que a nossa população cresceu substancialmente.

Se atentarmos para a Constituição Federal, que proclama, no parágrafo único do art. 1º, que todo o poder emana do povo, chegaremos à inarredável conclusão de que o Governo do Distrito Federal é ilegítimo, pois não formula nem executa políticas dirigidas à população que, por engano, elegeu-o. Assim, esse governo não representa, por meio da Secretaria de Cultura, os interesses da população cristã.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 7

Informemos ao Sr. Secretário de Cultura que, no sistema interno da própria Secretaria que ele dirige, o Siscult, existem trezentos artistas católicos e evangélicos cadastrados. Na Federação Associativa de Cantores Evangélicos – FASCEV, temos 350 bandas evangélicas e 1.380 cantores cadastrados. São todos artistas cristãos, que, apesar do relevantíssimo papel social desempenhado, têm sido, inexplicavelmente, ignorados pela Secretaria de Cultura. Essa Secretaria de Cultura despreza assim, de maneira paradoxal, a própria cultura. Prova maior disso encontramos na Lei Federal nº 8.313, de 1991, mais conhecida como Lei Rouanet. O seu art. 31-A diz o seguinte: "Art. 31-A. Para os efeitos desta Lei, ficam reconhecidos como manifestação cultural a música *gospel* e os eventos a ela relacionados, exceto aqueles promovidos por igrejas".

Sequer pode o Secretário de Cultura vir com a velha desculpa, a essa altura comprovadamente esfarrapada, de que falta dinheiro para sua pasta contemplar o segmento cristão. Em consulta realizada no Portal da Transparência do Distrito Federal, verifica-se que, desde o início de 2015, início da atual gestão, até hoje, a Secretaria de Cultura já gastou mais de R\$3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais) em despesas relacionadas ao cinema, em especial ao Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

É bom deixar claro e muito bem claro que não tenho nada contra o cinema. Muito pelo contrário, acho que é um segmento que merece toda a atenção por parte do Poder Público. O que me intriga, atormenta e indigna, todavia, é o fato de que, mesmo tendo recursos financeiros disponíveis, a Secretaria de Cultura deixa de contemplar o segmento cristão.

DEPUTADO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero parabenizar o Deputado Bispo Renato Andrade pelo tema abordado.

Quero falar não como Líder do Governo, mas como Parlamentar eleito majoritariamente com o voto da nação cristã desta Capital. Tive mais de 20 mil votos, dos quais a maioria era de pessoas que acreditam nas bandeiras que levei na campanha: as bandeiras em defesa da família, contra o aborto e contra a ideologia de gênero. V.Exa., da mesma forma, foi eleito com os votos majoritários desse segmento da sociedade.

O que nós vemos, Deputado Bispo Renato Andrade, é um verdadeiro desrespeito do atual Secretário de Cultura a esse segmento, Deputado Wellington Luiz. Há mais de um milhão de pessoas que se declaram cristãs e evangélicas na Capital da República.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não, é mais do que isso.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 8

DEPUTADO DELMASSO – Aqui, eu quero saudar o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve a hombridade de sancionar uma lei do ex-Deputado Rodovalho – que não era do partido dele, inclusive, mas de partido de oposição –, que reconhecia, Deputado Wellington Luiz, o *gospel* como manifestação cultural. A lei sancionada pelo ex-Presidente Lula foi um dos seus últimos atos como Presidente da República e abriu a possibilidade de, no País todo, o governo apoiar ações vinculadas ao segmento *gospel*.

No Distrito Federal, eu quero parabenizar o governo anterior, o Governo Agnelo, que, nos quatro anos de governo, nunca deixou de apoiar o segmento *gospel*. Também quero parabenizar o governo que antecedeu o Governo Agnelo, o Governo Arruda e o Governo Roriz, que, da mesma forma, sempre apoiaram o segmento *gospel*.

O que me deixa entristecido, Deputado Wasny de Roure, é que, no discurso, infelizmente, nós vemos uma contradição. Mais uma vez, eu não sou contra o governo apoiar eventos de outras etnias religiosas; mas discriminar, como o Deputado Bispo Renato Andrade tem falado, o nosso segmento na Capital, durante três anos, é o que está acontecendo. Nós estamos entrando no terceiro ano. Enquanto outros segmentos religiosos vão ter participação efetiva no aniversário de Brasília, o nosso segmento, infelizmente, se não fosse a articulação da Federação dos Cantores Evangélicos do Distrito Federal, não teria nada. Se não fosse a articulação da sociedade civil, que se organiza, não se teria nada. Aqui eu falo repudiando essa ação, que, para mim, é discriminatória, porque, mais uma vez, o Estado é laico. Se o Estado é laico, todas as religiões precisam ter participação.

Eu fiz um requerimento, Deputado Wasny de Roure, ano passado, ao Secretário, e pedi-lhe que me mandasse, Deputado Bispo Renato Andrade, o valor investido no segmento *gospel*. Desculpem-me, mas o valor é pífio. A Secretaria investiu, para apoio ao segmento *gospel*, a fortuna de 250 mil reais.

Então, quero aqui apresentar o meu repúdio e dizer o seguinte: estou em obstrução à Lei Orgânica da Cultura enquanto o segmento *gospel* não for valorizado nesta cidade.

Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputado Delmasso. Também vou acompanhar V.Exa. nessa obstrução, mas só queria pedir uma gentileza: que os apartes não fossem maiores que os pronunciamentos. Há vários inscritos. O próximo é o Deputado Wasny de Roure; depois, Deputado Julio Cesar, Deputado Agaciel Maia, Deputada Celina Leão – que vou adiantar por uma questão de cavalheirismo –, e Deputado Raimundo Ribeiro – que também vou adiantar pela idade. Brincadeira! Assim, eu gostaria apenas de pedir que os apartes fossem os mais resumidos possíveis.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 9

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atendendo ao seu apelo, eu queria cumprimentar o Deputado Bispo Renato Andrade pela feliz iniciativa de trazer este debate aqui. Eu não consigo entender, Deputado Bispo Renato Andrade, o motivo da discriminação. Até a Globo tem conferido um espaço específico ao segmento *gospel*, pela magnitude que esse mercado alcançou e vem traduzindo do ponto de vista até da qualidade artística. É algo inexplicável. Inclusive, agora, no mês de abril, quando teremos as vias sacras, a famosa Via Sacra de Planaltina, o Cristo Negro de Samambaia e provavelmente o de Taguatinga, são notórias as mais diferentes manifestações religiosas que contam com o apoio do Estado.

Precisamos ter a clareza da representação não apenas aqui no Parlamento, mas a representação desse segmento e sua contribuição artística na vida cultural da nossa cidade. Peço aqui ao Líder do Governo e às representações do Governo Rollemberg nesta Casa que levem esse apelo da Câmara Legislativa ao governo, para que possamos viabilizar as emendas, as iniciativas políticas de fortalecimento do segmento *gospel* nesta cidade, por aquilo que ele representa. Eles não são meia dúzia. É um grupo significativo. Já foi dito até o número aqui, não vou repetir.

Portanto, Deputado Bispo Renato Andrade, conte conosco. Creio que devemos assinar uma moção para tentar sensibilizar o governo, a fim de que ele repense essa atitude e não permita que a discriminação venha ocorrer no Governo Rollemberg. Essa matéria ficará extremamente desconfortável para o governo. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria inicialmente parabenizar o Deputado Bispo Renato Andrade por trazer este tema aqui e realmente lembrar – quem quiser buscar estas informações fique à vontade – que, no último censo da Codeplan, acho que de 2007 ou 2008, tínhamos um número de evangélicos de quase 45% no Distrito Federal. O nosso Estado é laico, mas ele não é ateu. E o que se percebe, Deputado Bispo Renato Andrade, é que há, sim, um preconceito contra os evangélicos. Se V.Exa. parar para pensar... Pegue a programação do último *Réveillon* do Governo do Distrito Federal. Eu não tenho absolutamente nada contra ele ter feito uma programação ligada à religião de matriz africana. Eu não tenho nenhum problema com isso, mas ele fez mesmo que isso não representasse a expressão dos evangélicos hoje no Distrito Federal. Ele pode fazer várias programações, mas deixar de lembrar que há um público que sempre teve, tradicionalmente, no Distrito Federal, um palco *gospel* com uma programação mais definida para esse público... É bom lembrar, para quem

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 10

participava desses eventos, que a gente não tinha uma ocorrência policial sequer, Deputado Bispo Renato Andrade, nesses eventos.

Quero parabenizar V.Exa. por trazer esse tema tão importante aqui, mas o governo tem que entender que precisa respeitar todas as religiões. Falo isso com muita vontade, Deputado Julio Cesar, porque, no meu gabinete, tenho pessoas de várias crenças. Há até pessoas que não acreditam em nada. Você não pode deixar de respeitar aquelas pessoas que têm fé, que acreditam em alguma coisa. Como disse muito bem o Deputado Wasny de Roure, que falou sobre a via sacra, acho importantíssimo ter aquele evento tradicional de Planaltina. Mas por que, há três anos, a gente sequer tem uma programação voltada para um público que hoje – se em 2006, eram 45% – representa, pelo menos, 50% da população?

Faço esse alerta, inclusive ao próprio Deputado Delmasso, que é o Líder do Governo, para que ele faça essa colocação ao Governador. Não adianta vir com palco *gospel* ano que vem, que é o ano de eleição, vir sentar com pastor, com bispo, com presbítero e dizer “Olha, eu tenho a maior atenção com o público evangélico!”, e não dar exemplo durante o mandato como um todo.

Acho que a gente tem que respeitar todas as religiões, todas elas, mas tratar de igual para igual, porque, no *réveillon* do Distrito Federal, é só V.Exa. pegar a programação oficial: começava às 2h da tarde, terminava à 1h da manhã, todas ligadas a religião de matriz africana. Eu não tenho nenhum preconceito – tanto não tenho que não fiz nada em relação a isso – mas acho que deveríamos ter outras religiões contempladas, como os católicos, como os evangélicos, como os espíritas, mas não: parece que o governo só tem um tipo de olhar.

Portanto, quero parabenizar o Deputado Bispo Renato Andrade pelo pronunciamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos, em especial, ao nosso Deputado Bispo Renato Andrade, que traz esse tema tão importante na tarde de hoje.

Quero me somar ao coro do Deputado Delmasso em relação à obstrução à Lei Orgânica da Cultura. Quero dizer que também estarei em obstrução a esse projeto, até que a Secretaria de Cultura realmente venha a ter um olhar muito mais especial a esse tema, que é o segmento evangélico.

Nós somos da Base, temos contribuído muito para que os projetos do governo possam caminhar nesta Casa, mas é inadmissível, Deputado Bispo Renato Andrade. Muitas vezes, a gente vai à Secretaria de Cultura – quero aqui até fazer uma colocação – e vê a boa vontade do Secretário Guilherme. Ele sempre nos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2017		15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA		11

atende realmente muito bem, mas o que eu percebo é que, quando sai da sua alçada e vai para os setores responsáveis em fazer com que as coisas aconteçam, ali para tudo, não anda, não caminha.

Já são dois anos que a gente não tem uma atividade do segmento evangélico no aniversário de Brasília. Então, é importante que o Secretário de Cultura assuma o papel dele e mande olhar com carinho o segmento evangélico. Porque, como já foi dito aqui, somos aqui em Brasília mais de um milhão e meio de evangélicos, que, realmente, clamam para que haja eventos para esse segmento.

Então, Deputado Bispo Renato Andrade, parabênizo V.Exa. pelo seu discurso, e peço ao Governador Rodrigo Rollemberg que, de fato e de verdade, mande o Secretário olhar com carinho esses eventos, porque isto é inadmissível: já está chegando a data. Hoje é dia quatro, faltam dezessete dias. Pelo que nós ouvimos, não vai ter sequer um palco para o segmento evangélico.

Portanto, também estou em obstrução à Lei Orgânica da Cultura, até que o Secretário de Cultura se posicione, de fato concreto, em relação a esse tema.

Parabéns, Deputado Bispo Renato Andrade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Julio Cesar.

Vergonhosa postura do Secretário de Cultura, espero que ele reverta isso o mais rápido possível, porque todos nós, com certeza, entraremos em obstrução até que isso seja resolvido.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o meu colega de partido, Deputado Bispo Renato Andrade, pelo pronunciamento. Acho que não cabe qualquer tipo de segregação a um estilo musical.

Eu posso falar com muita propriedade, Deputado Bispo Renato Andrade, porque, durante os quatro anos do meu mandato anterior, tinha a Administração de São Sebastião. O pessoal pensava que eu era evangélico, mesmo eu sendo católico, porque a maioria dos *shows* no aniversário de São Sebastião era *gospel*.

Eu acho que não tem nenhum cabimento fazer qualquer tipo de separação, mesmo porque cultura se faz para a população, e grande parte da população do Distrito Federal é evangélica. Então, que a cultura evangélica e a música evangélica sejam enaltecidas em todos os eventos do Distrito Federal.

A Lei da Cultura está na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Chico Leite, Deputado Julio Cesar. Nós precisamos ver isso. O Estado não pode ser instrumento de qualquer tipo de segregação, principalmente em pleno século XXI.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 12

Então, quero parabenizar o meu colega de partido, Deputado Bispo Renato Andrade, que sempre tem defendido de maneira competente e veemente o segmento evangélico, principalmente nas causas justas. Parabéns, Deputado!

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar o Deputado Bispo Renato Andrade por trazer a lume um assunto de tal magnitude.

Em segundo lugar, eu quero lembrar que ontem, este plenário teve o privilégio de receber o Cardeal Dom Sergio e Dom Marcony, fato que foi testemunhado por V.Exa., Deputado Bispo Renato Andrade, pelos Deputados Chico Leite e Chico Vigilante, e pelas Deputadas Celina Leão e Luzia de Paula.

De repente, em menos de 24 horas, surge um tema dessa ordem. Eu fico relembando um grande autor que tivemos no Brasil chamado Stanislaw Ponte Preta, cuja grande obra foi o *Febeapá – Festival de Besteiras que Assola o País*. E esse governo não cansa de nos surpreender. Olhem, se o Stanislaw estivesse vivo, iriam acabar as palavras e ele não terminaria de escrever sobre as besteiras desse governo.

Deputado Wellington Luiz, Deputado Bispo Renato Andrade, discriminar religiões, mais do que errado, é crime! Ou seja, parece que o governo está saindo do caminho das irregularidades para uma empreitada criminoso em todas as áreas – e isso já há algum tempo. Para esse tipo de atitude realmente existe uma previsão legal, constitucional inclusive, de que não se pode fazer esse tipo de discriminação. A discriminação não é só em relação à pessoa. Todos são iguais, e ninguém poderá ser discriminado em função do seu credo, mas o governo age com tanta naturalidade no mundo do crime que ficamos espantados. Ontem mesmo, numa reunião em que analisamos a questão do Hospital de Base, foi lembrado para todos que o Governador disse claramente em entrevistas – e ele não esconde mais isso – que a criação do Instituto vai permitir a ele burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, somos surpreendidos com uma nova medida discriminatória e odiosa.

Ainda bem que aqui temos Parlamentares que pertencem à Base, mas que têm juízo, como é o caso do Líder do Governo, Deputado Delmasso. V.Exa. tem juízo, muito juízo. É preciso que V.Exa., o quanto antes, faça um contato com o governo e peça a ele que pare de fazer besteiras dessa ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Já falou? Fale de novo então, até porque o Governador precisa entender que, se ele tem imunidade em razão da infância – e ele sabe do que estamos falando –, ele não tem imunidade em relação à discriminação religiosa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 13

Então, Deputado Bispo Renato Andrade, a minha intervenção foi apenas no sentido de dizer que o nosso mandato está à disposição de V.Exa. para apoiá-lo nessa causa. Realmente, a coisa não é apenas uma irregularidade. É mais do que isso. É mais um crime praticado pelo Governo Rodrigo Rollemberg contra a população de Brasília, principalmente no seu íntimo de escolha da sua religião.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Eu me somo aqui ao Deputado Delmasso, ao Deputado Julio Cesar, ao Deputado Wellington Luiz, quanto à obstrução à Lei Orgânica de Cultura até que, de fato, esse Secretário de Cultura respeite a comunidade cristã do Distrito Federal – não apenas a evangélica, mas a comunidade cristã.

Quero fazer um apelo ao meu monolítico colega do PR: que não vote isso na CEOF enquanto não se chegar a um consenso em relação à questão. E quero conclamar os demais colegas a essa obstrução.

É até um contrassenso, meu amigo José Flávio, o que o Secretário de Cultura está fazendo. Enquanto o Governador tem a coragem de entregar as escrituras dos templos religiosos, o Secretário de Cultura vai na contramão, fazendo com que haja essa discriminação. Não estou aqui pedindo, enfatizo, qualquer tipo de favorecimento. Estou pedindo apenas que a Secretaria de Cultura deixe de discriminar o segmento cristão. Reforço a opinião esmagadora de 83,5% da nossa população: deixe de discriminar o expressivo número de artistas cristãos que precisam mostrar a sua cultura.

A discriminação de qualquer espécie, inclusive a religiosa, é prática que deve ser sempre coibida, principalmente quando vem de quem deveria dar exemplo para os cidadãos – no caso, o Poder Público, por intermédio da Secretaria de Cultura.

Na Bíblia, há uma passagem interessante contra a discriminação. Peço licença para citá-la aos senhores, em especial ao Secretário de Cultura, Sr. Guilherme. Ela consta do Evangelho segundo Atos, capítulo 10, versículo 34, e reza o seguinte: "Reconheço por verdade que Deus não faz acepção de pessoas".

Portanto, Sr. Guilherme Reis, não discrimine o segmento cristão do Distrito Federal. Atenda ao interesse público, ao interesse desse povo que, repito, é constituído em sua esmagadora maioria por cristãos. Contemple, Secretário – insisto –, o segmento cristão nas políticas públicas da Secretaria de Cultura. Sem a satisfação desse legítimo pleito da sociedade, o Distrito Federal corre o sério risco de afundar, ainda mais, no lamaçal de problemas que o assola e que envergonha a todos nós brasilienses. Fica aqui o meu apelo.

Também, Deputado Wellington Luiz, para encerrar definitivamente, quero falar da Terracap. Nós trabalhamos tanto para regularizar os templos religiosos do Distrito Federal. Nós trabalhamos tanto para que isso pudesse acontecer, mas a Terracap, quando vai entregar uma escritura, sequer comunica ou convida esta Casa. Terá sido só a Terracap que agiu sozinha para que isso pudesse ser regulamentado?

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 14

Esqueceu do trabalho que esta Casa de Leis fez? Que a Terracap também respeite esse segmento!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade. Agradeço as palavras de V.Exa. e mais uma vez parablenizo-o.

Lembro, Deputado, que a Terracap tem responsabilidade, mas responsabilidade maior ainda tem o Governador, porque é quem dá as diretrizes disso. O Governador é que tem que lembrar quem foram os verdadeiros atores desse processo. Então, ressalto que cabe a ele lembrar quem realmente participou do processo. Obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria inicialmente parabenizar a galeria, os nossos guias de turismo que estão aqui. Quero pedir a V.Exa. que seja votado hoje este projeto de nossa autoria, o nº 2.050, de 2014. Já está pronto, já está na pauta, inclusive. Não é a primeira vez que esse grupo está presente. Acho que a gente poderia homenageá-los com a aprovação desse projeto. Já está na Ordem do Dia. Então, eu pediria a V.Exa. que, se pudesse, fizesse a inversão da pauta e o colocasse como primeiro projeto para ser votado no dia de hoje. Gostaria de pedir essa gentileza a V.Exa.

Quero cumprimentar também os cantineiros que estão aqui nesta tarde. Quero avisá-los que nós votamos hoje também o projeto de vocês na CCJ. Eu fui a Relatora, pela aprovação. Quero também comunicar essa informação.

Por último, gostaria de cumprimentar a Polícia Civil do Distrito Federal, que novamente se encontra aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal aguardando um gesto do Poder Executivo. Podem contar conosco novamente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Celina Leão. Acolho a solicitação de V.Exa., e mais uma vez parablenizo V.Exa. pelo Projeto de Lei nº 2.050, de 2014. Vamos, sim, inverter a pauta da Ordem do Dia, até por uma questão de justiça com a luta de V.Exa. Então, pode contar conosco. Logo depois dos pronunciamentos dos Parlamentares, nós faremos a inversão da pauta e colocaremos o projeto em apreciação. Se Deus quiser, votaremos ainda hoje o Projeto de Lei nº 2.050, de 2014, para dar dignidade a esses trabalhadores que tanto merecem.

A Deputada Telma Rufino está me lembrando – foi um acordo feito ontem, a pedido da Deputada –, que não devemos deixar passar de amanhã a votação do projeto dos cantineiros.

Deputada Telma Rufino, firmamos um compromisso com V.Exa., e faremos ser cumprido. Então, amanhã, se Deus quiser, votaremos o projeto dos cantineiros.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 15

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar os trabalhadores aqui presentes.

Hoje os professores e as professoras do Distrito Federal resolveram permanecer em greve, Sr. Presidente, Deputado Wellington Luiz, em função de não terem as suas reivindicações atendidas pelo Governo do Distrito Federal.

Foi um gesto extremamente importante, porque, em nosso País e aqui no Distrito Federal, a gente passa por um momento muito difícil para os trabalhadores, com uma série de reformas que retiram direitos conquistados, como essa reforma da previdência, que está se desenhando no Congresso Nacional e como a própria reforma trabalhista, com essa questão da terceirização.

Os professores, após vinte dias de greve, em um gesto extremamente corajoso, decidiram permanecer em greve, porque praticamente não tiveram atendida nenhuma das suas reivindicações, principalmente aquela que é conquista deles: a quarta parcela do seu reajuste.

Então, fica aqui a minha solidariedade aos professores do Distrito Federal. E ficam aqui os meus parabéns pela luta, pela coragem de fazer uma greve em um momento extremamente difícil. É uma greve que vai além dessas questões de reivindicações salariais, vai também contra essas reformas extremamente ruins para a classe trabalhadora, ruins para os professores e para todos nós.

Por isso eu não poderia deixar de vir a esta tribuna e dizer aos professores que a nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, está com eles. Nós vamos amanhã, evidentemente, estar juntos na continuidade das discussões, das conversas que os professores vão ter com o governo. A gente espera que o Governo do Distrito Federal tenha bom senso e construa uma proposta que possa fazer com que os professores retornem às salas de aula, porque é um prejuízo muito grande para a nossa cidade essa categoria permanecer em greve.

Eu sei que eles não querem fazer greve. Mas a gente sabe que a greve é um direito. Não há outra forma, infelizmente, diante da intransigência do governo, diante dessas reformas que estão vindo aí, que não seja eles fazerem essa greve.

Então, fica aqui o meu apoio. Amanhã estaremos lá na reunião entre a comissão dos professores – alguns Deputados aqui já se comprometeram a ir – e o próprio governo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RICARDO VALE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Ricardo Vale, quero manifestar o nosso apoio aos professores pelas suas justas reivindicações. É incrível o momento que a gente vive no Distrito Federal. É um

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2017		15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA		16

momento em que, para exercer ou usufruir os seus direitos, os trabalhadores são obrigados a fazer greve.

Guardadas as devidas proporções, não por outra razão, estão na Casa também os policiais. Os policiais que vêm sendo enrolados pelo governo desde o início. Em busca de quê? Apenas de uma melhor condição de trabalho e do respeito à lei que este Governador insiste em desrespeitar. Assim como ele desrespeita em relação aos servidores públicos, em especial, aos professores, ele também o faz em relação aos policiais civis do Distrito Federal.

Esse desastre todo certamente trará para a nossa cidade um prejuízo enorme que, talvez, ele não vá pagar, porque, graças a Deus, o tempo anda, e o mandato dele, a cada dia, encurta.

Eu quero que V.Exa. conte conosco também nessa justa reivindicação dos trabalhadores, em especial, dos professores, que querem apenas o cumprimento da lei, assim como dos policiais que estão há bastante tempo, nesta Casa, buscando o apoio necessário para que o governo faça aquilo que é obrigação: cumprir a lei.

DEPUTADO RICARDO VALE – Agradeço o aparte do Deputado Raimundo Ribeiro. Deputado Raimundo Ribeiro, acho que V.Exa. tem razão, fica aqui também a nossa solidariedade aos policiais civis do Distrito Federal.

Estamos até acostumados à presença deles aqui, às terças-feiras. Acho também que eles têm demonstrado uma resistência muito grande. Ficam aqui os nossos parabéns por essa luta que vocês têm travado. Podem contar com a nossa bancada. Um grande abraço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale. A última coisa que esses policiais gostariam era de estar aqui, eles queriam era estar nas ruas prendendo bandidos. Eles estão aqui porque o Governador não cumpre a palavra dele e os obriga a estarem aqui fazendo pressão.

Se dependesse desses homens e mulheres, eles estariam fazendo aquilo que mais gostam: cumprir a lei e fazer bandido ir para a cadeia. Lamentavelmente o Governador não quer, a exemplo do que está fazendo com os professores, cumprir acordo. Então têm que vir para cá para poderem reivindicar o que é legítimo, o que é direito. É uma pena.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero comunicar a V.Exa. e aos outros colegas Parlamentares que há um projeto de iniciativa minha, aqui, desde 2013, que agora também é de iniciativa do Executivo, porque chegou à Casa, há, mais ou menos, um mês. É o projeto que trata dos supersalários.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 17

Nós aprovamos o projeto na CCJ e o aprovamos também na CESP PELO – ou Cepelo. Há uma discordância por parte de alguns colegas que não querem que esse projeto seja votado hoje. Eu gostaria que V.Exa. fizesse a contagem dos Líderes, porque acho que esse projeto deveria, sim, ser votado hoje.

A questão de ter um texto ainda não definido, nós temos aí mais quinze dias de interstício para discutirmos isso. Mas, Sr. Presidente, V.Exa. sabe o quanto é difícil enfrentar esse tema. Quando a gente consegue enfrentar, votar nas duas Comissões, chegar ao plenário e, por conta de um ajuste ou outro... Quem tiver as suas emendas que as protocole. O governo está aqui e vai olhar uma por uma. Que a gente possa dar uma resposta para a sociedade.

O argumento hoje de que não se acha bons trabalhadores para ganharem o salário do teto não é válido no Brasil que estamos vivendo, Sr. Presidente! No Brasil que nós estamos vivendo, quando você abre uma vaga de 5 mil reais, você tem 20 mil candidatos para a vaga. Basta ver o que acontece hoje nos gabinetes de V.Exas.: todo mundo, todo dia, com um currículo na mão. Gente com mestrado, com pós-doutorado.

Então, eu acho que estamos nos livrando daquela questão, Presidente, do Brasil Império, em que as pessoas tinham privilégios, castas. E é bom lembrar que esta Casa não tem 14º salário, não tem direito a férias e estamos abaixo do teto, Presidente, nós que representamos a população! Por que não todos? Acho que é o momento de moralizar! Gostaria que esta Casa, se pudesse, desse à sociedade essa resposta hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada Celina Leão, vou acatar o pedido de V.Exa. e incluir a matéria na pauta. Mas solicito aos Parlamentares, não só aos Líderes, obviamente, que tentemos chegar a um consenso ou pelo menos nos aproximar dele. Acho que é importante o diálogo neste momento, é um projeto complexo, a sociedade clama por mudanças. É importante que esta Casa, onde os representantes têm o compromisso e a responsabilidade de zelar pelos interesses da sociedade, tenha o melhor entendimento possível.

Então, estamos acatando o pedido da nobre Deputada Celina Leão e solicitando aos Deputados, principalmente àqueles que participaram da reunião da CESP PELO, neste momento, já fizeram um acordo, que cheguem a um entendimento para que enfim possamos votar, caso seja esse o entendimento.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero orientar a base do governo para que a gente possa votar a Proposta de Emenda à Lei Orgânica que trata dos supersalários ainda hoje em primeiro turno. Obrigado, Presidente.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 18

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra à nobre Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do nosso bloco, também temos disposição para votar o projeto referido por V.Exa. Agora, estamos esperando também a decisão sobre a obstrução, ainda permanecemos em obstrução. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Prezado Deputado, já falei com o Deputado Joe Valle, esse é o problema que dificulta a votação. Também continuo em obstrução, não vou abrir mão da obstrução, mas a gente pode fazer um acordo aqui com os Deputados já que esse projeto, a bem da verdade, não agrada o governo.

De qualquer forma, tenho uma posição, tenho um compromisso com a categoria e vou levá-lo até o fim, não tem como revogá-lo neste momento. (Palmas.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para realçar que em realidade falei em nome do Líder do nosso bloco, o Deputado Cláudio Abrantes. Queria fazer essa referência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero esclarecer algo, porque senão dá uma dupla interpretação sobre essa questão da obstrução.

É bom falar que nós estamos votando porque a obstrução não se dá aos projetos de leis de Parlamentares e, sim, a projetos de lei do Executivo, e o projeto de lei sobre o teto é um projeto de lei de minha autoria. Então, eu quero falar que não estamos furando a obstrução de maneira nenhuma, entendeu? O projeto está parado aqui desde 2013, e, graças a essa movimentação que tivemos, nós conseguimos... Ontem, inclusive, no Colégio de Líderes, houve vários outros pedidos de outros projetos que eram do Poder Executivo e nós, eu faço parte do bloco de V.Exa., continuamos em obstrução nesses projetos que são de interesse do Poder Executivo. Então, é para deixar bem clara essa situação...

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 19

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É bom deixar bem claro que a obstrução se dá apenas aos projetos do Poder Executivo. O projeto a que a Deputada Celina Leão se refere é um projeto, de 2013, de autoria da própria Deputada. Então, deixando bem claro, os projetos dos Deputados não estão incluídos na obstrução, a obstrução é apenas aos projetos do Executivo. Por isso é que tem que haver a discussão aqui entre os Parlamentares sobre quais serão os projetos que serão votados. Se for projeto do Executivo, nós não votaremos, se for projeto de Deputados, como esse da Deputada Celina Leão, não há óbice ou nenhum tipo de problema de votarmos.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Obrigada, Deputado Wellington Luiz, era para esclarecer, senão fica parecendo que a gente está furando a obstrução, o que não é verdade, Deputado, até porque...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – V.Exa. de jeito nenhum... Deputada, nós conhecemos o compromisso de V.Exa. com toda a sociedade, e em especial com os policiais civis.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Pedi também a votação do projeto do guia de turismo – é um projeto de nossa autoria junto com o Deputado Robério Negreiros. Então, é bom explicar para que serve a obstrução. Por que o governo tem projetos de interesse que estão aqui parados por, pelo menos, duas ou três semanas. O governo não tem interesse num projeto de minha autoria, o dos guias – esse nosso projeto está parado aqui desde 2013. Então, nós continuamos na obstrução.

Eu quero trazer nesta tarde de hoje também, Sr. Presidente, uma reflexão sobre esse meu projeto de 2013, e é importante ser colocado isso hoje, porque a gente conseguiu votá-lo na CCJ já com dificuldade na discussão e conseguimos votá-lo na Cepelo com dificuldade na discussão. Eu acho que é uma evolução realmente da sociedade sobre a questão de um teto, até porque o STF já entende essa questão, existe um teto.

Às vezes o argumento, por exemplo, que foi dado pelo BRB: "Ah, a gente não vai conseguir trazer bons técnicos para trabalhar se a gente não tiver supersalários". Ora, no Brasil em que nós vivemos não é verdadeiro isso. Nós temos pessoas com mestrado, com doutorado que estão nas filas dos desempregados, Sr. Presidente. Então, eu acho que nem a situação financeira da cidade permite esse tipo de situação.

Nós temos pessoas, órgãos que gozam de duas férias, Deputado, duas férias anuais. Está na hora de alguém discutir sobre isso com a profundidade que precisa ser discutido. Se fossem só as duas férias, mas não, são as duas pecúnias com as duas férias. Então, é algo espinhoso de se mexer, mas esta Casa tem condições e legitimidade para isso, porque nem férias nós recebemos, até porque na Lei Orgânica não existe férias para Deputado, existe o recesso do processo legislativo. Erroneamente, as pessoas falam: "A Câmara entrou de férias". A Câmara entra de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 20

férias por cinco dias, que são do Natal, que emenda com o Ano Novo. No resto a Casa fica funcionando meio período, até pela questão da economia, mas a Casa funciona normalmente. O que para é o processo legislativo. Por isso que nós nem fazemos jus às férias, nós não recebemos férias. Então, eu acho que a gente tem que discutir sobre isso com a profundidade que precisa ser discutido, a verdade precisa ser trazida, enfrentando situações que realmente... As pessoas se acostumaram com isso, de além de receber um supersalário, estar num superconselho e receber mais 10 mil, 20 mil de um superconselho. Isso é um tipo de mordomia, Deputado, que, eu acho, precisamos realmente sanar.

Então, era essa questão que eu queria trazer sobre o nosso projeto de lei. O meu projeto de lei é mais específico porque ele não extingue nenhuma, nenhuma empresa, recebendo ou não recursos públicos do Distrito Federal, porque aí não excetuáramos nenhuma. Não dá para a gente fazer uma lei aqui que vise a penalizar alguns e a excetuar outros. Esta Casa tem que legislar para todos. A regulamentação que seja feita pelo Poder Executivo.

Era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente, mas eu quero trazer uma outra informação que é muito importante. Sempre que esta Casa tem uma lei inconstitucional, ela é muitas vezes divulgada na imprensa. Mas, quando a gente tem uma lei julgada constitucional, muitas vezes a imprensa se esquece de divulgar isso.

E eu quero divulgar que a Lei nº 5.604, de 7 de janeiro de 2016, de minha autoria, que "estabelece regras para garantir vagas aos alunos já matriculados nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências", foi julgada constitucional pelo Tribunal de Justiça. Então, agora, o cidadão não vai precisar sair correndo à escola pública ou à escola privada para tentar garantir uma vaga para o filho dele para o ano seguinte.

Para vocês verem: nós sofremos uma ADI e o Tribunal de Justiça, por unanimidade, julgou constitucional a nossa lei.

Então, vale a pena a gente discutir. Por muitas vezes isso é divulgado de forma errada: "Ah, vocês fazem leis inconstitucionais". Nós fazemos muitas leis que têm um questionamento sobre a constitucionalidade, mas muitas delas são tidas como constitucionais, como uma lei dessas, que vai beneficiar milhares de pais que, muitas vezes, saíam loucos nas escolas públicas com medo de não ter a vaga do ano seguinte. Isso, agora, vira uma responsabilidade da Secretaria de Educação. Lembrando que isso é para as escolas privadas também.

Era isso que eu gostaria de trazer ao Plenário nesta tarde.

Agradeço a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Celina Leão. Parabéns pela lei. É isso, temos que enfrentar, em defesa da sociedade, mesmo os questionamentos de constitucionalidade.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho falar sobre essa questão do projeto do teto, cujo texto foi aprovado hoje, na íntegra – o texto do governo.

A gente acertou, no âmbito da CESP PELO, que a gente votaria o projeto do governo lá, como a gente votou hoje. Aprovamos o projeto. Mas existe uma série de emendas de alguns Deputados, e tem um substitutivo do PT, que vamos protocolar agora. E lá, nós acordamos que faríamos a votação aqui na semana que vem.

Então, eu queria pedir aos Parlamentares... Eu entendo que esse texto... Existe o clamor da nossa sociedade, existe uma pressão de vários segmentos e da própria imprensa para votarmos essa matéria hoje, mas nós estamos protocolando o nosso substitutivo agora, e o Deputado relator tem três ou quatro emendas que vai apresentar agora, ou está protocolando agora. Eu queria pedir um pouco de cautela.

A bancada do PT, inclusive, eu quero entregar na mão de cada Parlamentar o nosso substitutivo. No mérito, nós entendemos que todo mundo tem que estar no teto, mas nós não podemos tirar conquistas fruto de acordos coletivos, que não podem ser retiradas por uma lei ou por uma nova lei. Então, um pouquinho de cautela não custa nada.

Sei da resposta que esta Casa tem que dar para a sociedade. Sei que há um projeto, inclusive, que já tramita há muitos anos aqui, apresentado pela Deputada Celina Leão. O governo pega esse texto e o encaminha aqui, agora. Mas, já que passou no âmbito da CESP PELO e já que estamos protocolando uma série de emendas, que fizéssemos o debate de forma tranquila durante a semana e que na semana que vem votássemos esse texto aqui, com muita tranquilidade, inclusive seguindo o trâmite normal e regimental desta Casa. Então, quero pedir aos Parlamentares que nos ajudem a cumprir o acordo que fizemos na CESP PELO.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Deputado, o que foi acertado aqui e o que foi acatado por mim durante a fala da Deputada Celina Leão foi o projeto de autoria da Deputada Celina Leão. Então, o que tem que ser conversado aqui entre os Parlamentares é exatamente se o projeto vai ser votado, já que ele já foi acatado. Se ele, efetivamente, será votado e se será apensado o projeto – ou os projetos – que diz respeito à mesma matéria. No entanto, caberá a V.Exas., até o fim desta sessão, definir isso.

Foram apensados, estão apensados os projetos. Caberá a V.Exas. definir, até o fim desta sessão, se iremos votá-los. Nós iremos deixá-lo por último para que possamos definir isso, ok?

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 22

Deputado Julio Cesar, realmente V.Exa. pediu para falar primeiro, mas eu comi mosca. O Deputado Wasny de Roure havia me pedido antes de V.Exa. Se V.Exa. não se importar, é rapidinho. O Deputado Wasny de Roure já havia pedido.

Dou boas-vindas ao Deputado Rafael Prudente, de volta a esta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cantineiros aqui presentes, turma dos guias de turismo, quero fazer esta saudação em nome da Frente Parlamentar de Defesa do Turismo no Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu quero trazer aqui um tema a respeito do Decreto nº 38.052, de 10 de março de 2017, recentemente assinado pelo Sr. Governador. Há um problema histórico na cidade de Santa Maria. No Governo do Professor Cristovam foi criada a Área de Desenvolvimento Econômico naquela cidade, através de uma luta dos pequenos empresários, serralheiros, oficineiros. Essa área, que fica ao longo da rodovia, é muito bem localizada para efeito de acessibilidade. No Governo Joaquim Roriz, que sucedeu o Governo Cristovam, houve ampliação da Área de Desenvolvimento Econômico da região de Santa Maria, estimada em torno de 400, 450 lotes.

Ocorre que essa área, segundo alguns analistas, é particular, não é de dominialidade da Terracap. Esse decreto remete a um contrato firmado com a Terracap. Se a terra não é da Terracap, que valor tem esse decreto? O governo alega estar equacionando o problema da Área de Desenvolvimento Econômico, chamado Pró-DF da cidade de Santa Maria.

Eu chamo a atenção dos colegas para este jornal da comunidade de Santa Maria, o *Correio de Santa Maria*. Na capa dele, se diz: "GDF regulariza 450 terrenos do Pró-DF em Santa Maria". Coincidiu, Sr. Presidente, que na mesma semana, ou uma semana depois, houve a transferência do secretário Arthur para a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal. Para nossa surpresa, uma matéria dentro do jornal me deixou profundamente preocupado.

Eu vi aqui o Sérgio, que hoje está lá na Terracap. Ele é do quadro desta Câmara. Eu quero pedir a análise dessas terras, porque do modo como o governo entende, aparece uma denúncia com este título: "Santa Maria de cabeça para baixo". Está assinada por um advogado e professor de Direito, de nome Dr. Guilherme Pontes, o qual aponta uma série de irregularidades do ponto de vista desse decreto. Quando participei da assinatura desse decreto, Deputado Wellington Luiz, eu havia realmente ficado um pouco sem entender.

Como o governo vai resolver um problema de mais de quatrocentos lotes, na base de um decreto? Pelo decreto, aquela área foi concedida pelo Governo do Distrito Federal, mas se verificou depois que a área não era do Governo do Distrito Federal, e muito menos da Terracap.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 23

Estou fazendo um requerimento de esclarecimento junto à Terracap, como também estou encaminhando ao Sr. Governador um ofício que pede maiores informações. Deputada Telma Rufino, V.Exa. conhece esse assunto, todos que estão na Comissão de Assuntos Fundiários conhecem o anseio da população de Santa Maria, principalmente dos pequenos empresários que integraram o programa do Pró-DF e que estão numa situação de irregularidade. Essas áreas não pertencem ao Governo do Distrito Federal. Para que o programa tenha efeito, o Governo do Distrito Federal terá de indenizar o proprietário dessa área e, aí sim, fazer o programa de regularização com esses 400, 450 lotes na extensão da Área de Desenvolvimento Econômico.

Sr. Presidente, eu quero pedir aos colegas Parlamentares que, inclusive, possam aceitar a transcrição nos Anais desta Casa destas matérias: "Santa Maria de Cabeça para Baixo" e "Pró-DF em Santa Maria, de Direito e de Fato". Nós queremos explorar esse assunto – ele é extremamente importante para a população de Santa Maria –, desde que seja feito com a devida transparência e regularidade. Vou mandar uma cópia à Presidente da nossa Comissão de Assuntos Fundiários.

Nós queremos equacionar o problema, Deputado Chico Leite, com base em elementos transparentes que deem equacionamento ao problema, e não enrolação. Santa Maria tem problemas de conflito fundiário muito sérios, como aquele bairro, aquele condomínio chamado Porto Rico. Aquilo é praticamente outra cidade dentro da cidade. Aquilo é um parcelamento particular, foi feito em terra particular, e o governo agora, para equacionar o problema, teve de fazer negociação com os proprietários para permitir a introdução dos equipamentos públicos naquele bairro.

Sr. Presidente, faço aqui um apelo, pedindo esclarecimentos ao Governo do Distrito Federal. Muito obrigado.

(Matérias a que se refere o Deputado Wasny de Roure:)

SANTA MARIA DE CABEÇA PARA BAIXO

Várias foram as cobranças da comunidade, autoridades e segmentos, inclusive do centro da Capital, impostas a este jornal em relação às denúncias veiculadas em um *blog*, cujo responsável pelo noticioso é um jornalista, advogado e professor de Direito. Os questionamentos e cobranças, sem perdão à equipe de editoria, eram da seguinte forma: como um jornal que se diz da cidade não noticia esses acontecimentos? O jornal tinha conhecimento desses acontecimentos? Se tinha conhecimento, por que não denunciou? Precisava vir alguém de fora para que esse escândalo viesse a público? Pois bem, ao tomarmos conhecimento das publicações, procuramos nos inteirar das matérias veiculadas no blogue e, atendendo às cobranças impostas a nós, reproduzimos as matérias das quais temos total isenção, inclusive citando a fonte.

Por: Blogue do Guilher Pontes

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 24

Política e grilagem em Santa Maria: PSD, PRO-DF e a Associação Comercial (I)

A presença recente do PSD em Santa Maria:

Sem possuir nenhum nome forte no grupo político de Cristiano Araújo (PSD) na Santa Maria, o partido resolveu enviar o seu maior expoente para "abrir caminho" e facilitar a nomeação do novo administrador regional.

Enviaram ninguém mais, ninguém menos que o vice-governador Renato Santana (PSD) em pessoa. Ele se reuniu com lideranças comunitárias e empresários da cidade para fazer o "meio de campo" do PSD e viabilizar a troca de administrador na cidade. Mas não foi só isso. Nos bastidores há muito, mas muito mais, por trás destas movimentações.

Convido a todos, sobretudo os moradores de Santa Maria, a ler esta sequência de matérias sobre como uma quadrilha tem ao longo dos anos saqueado a cidade e extorquido comerciantes.

Tudo começa pelos idos do ano 2000 quando a Santa Maria passou por um verdadeiro "boom" imobiliário. Vários lotes foram "indicados" pela administração regional da época com diversas documentações falsas, sob espantosa influência do capital especulativo e a nefasta participação da Associação Comercial. O resultado das ilegalidades cometidas foi a impossibilidade de conclusão do PRO-DF até os dias atuais.

Política e grilagem em Santa Maria: PSD, PRO-DF e a Associação Comercial (II)

Como funcionava o esquema criminoso do bando da Associação Comercial?

A área pública era invadida. Documentos eram forjados e apresentados à administração regional. Após sua ocupação, eles especulavam e comercializavam de maneira totalmente irregular quase todos os lotes destinados ao comércio na cidade. Pouquíssimos empresários conseguiram comprar seus lotes por meio da Terracap e cumprir com as regras do PRO-DF que eram extremamente exigentes.

A maioria dos empresários da cidade que de fato precisavam de um lote ou pagaram propina para conseguir "na macarutaia" ou

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
				Data
04 04 2017		15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

ficavam fora do PRO-DF, assim como até hoje existem inúmeros sem lote e fora do programa do governo.

Como o bando chegou ao PSD?

O esquema de invasão e especulação imobiliária dos imóveis comerciais em Santa Maria há 17 anos contou com a participação direta de integrantes da Associação Comercial e de empresários. O tempo passou. Os governos Arruda e Agnelo Queiroz não quiseram nem tentar regularizar a situação dos lotes comerciais invadidos, tamanha a complexidade e o desgaste político que resultaria.

Após mais de uma década eles conseguiram “arrumar” um mecanismo de regularização da situação de ilegalidade do PRO-DF por eles mesmo criada em Santa Maria. A solução? O PSD de Renato Santana, Cristiano Araújo e Rogério Rosso.

Política e grilagem em Santa Maria:

PSD, PRO-DF e a Associação Comercial (III)

Como o bando da Associação Comercial quer legalizar as ilegalidades por eles mesmos praticadas em Santa Maria?

O PSD coincidentemente assumiu a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do DF (SEDES-DF).

Junto a esta pasta, no ano passado, o bando conseguiu emplacar uma Portaria cuja função é flexibilizar as exigências do cumprimento do PRO-DF constantes da Portaria nº 162, de 1º de setembro de 2016. Em outras palavras: deram um jeitinho para legalizar as ilegalidades por eles mesmos criadas há 17 anos.

Vejam, a quadrilha que invadiu os lotes comerciais em Santa Maria e acabou com o PRO-DF “ontem”, é a que “hoje” está posando de “santa” para a comunidade e pedindo a regularização dos imóveis. O tempo passou, mas não se enganem: os personagens desta trama criminoso são os mesmos.

Este mesmo bando está “assessorando” o PSD na SEDES-DF na confecção do Decreto que regularizaria os lotes por eles mesmo invadidos no início dos anos 2000. Pode isso, Arnaldo?

Política e grilagem em Santa Maria:

PSD, PRO-DF e a Associação Comercial (IV)

O que o bando espera do PSD em Santa Maria?

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	

O bando colou com os cabeças do partido vislumbrando uma chance de se dar bem novamente com a especulação imobiliária em Santa Maria, bem como com um espaço no GDF decorrente da tomada da administração pelo PSD.

E adivinhem só qual seria o nome que o bando deseja emplacar para a administração regional de Santa Maria? Coincidentemente o da presidente da Associação Comercial. A líder da quadrilha que teria encabeçado as invasões de lotes comerciais e a falsificação de documentos que foram apresentados à administração regional há 17 anos, agora quer ser administradora regional.

Este grupo inclusive não queria que o posto de atendimento da SEDES-DF que iria viabilizar o processo de regularização dos lotes comerciais viesse para a Administração Regional de Santa Maria. Estavam ultra-resistentes. Lutaram para que o atendimento dos empresários fosse dentro da SEDES-DF porque a administração ainda não está no poder do grupo e não querem correr o risco de botarem "água no seu chope".

Política e grilagem em Santa Maria:

PSD, PRO-DF e a Associação Comercial (V)

Como o bando ganharia com a legalização dos seus atos ilegais?

Uma das formas já está em prática! Empresários da cidade reclamam que estão sendo abordados por integrantes do grupo que insistentemente lhes exigem a entrega da módica quantia de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para regularizar a situação do seu imóvel comercial perante o PRO-DF, "taxa" esta devida pelos seus "trabalhos" junto ao GDF agilizando todo o processo.

São 450 (quatrocentos e cinquenta) lotes comerciais no mínimo em Santa Maria. Se conseguissem obter R\$5.000,00 (cinco mil reais) de cada comerciante, o bando embolsaria, por baixo, R\$1,5 milhão (um milhão e meio de reais) à custa dos comerciantes da cidade. Dá para fazer um bom pé-de-meia e ainda patrocinar uma campanha eleitoral, não é mesmo? Além disto um imóvel comercial regularizado vale muito mais do que em situação irregular.

A chefia da associação comercial e seu bando almoçaram com Renato Santana (PSD) para definir quem seria o próximo administrador. "Detalhes" do esquema foram tratados.

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	
04 04 2017	15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Em resumo: os integrantes da quadrilha que invadiram os lotes comerciais de Santa Maria estão regularizando a sua invasão. Eles ganharam duas vezes: ao invadir as áreas públicas e com a regularização e cobrança de "taxas de serviço".

E os empresários sérios que não se envolveram com este esquema criminoso estão sem lote. Nem carta consulta conseguem obter do GDF. Revoltados, assistem aqueles que desrespeitaram a Lei serem beneficiados pelo governo Rollemberg e pelo PSD. Então governador é assim? Quem invade é beneficiado enquanto quem respeita a Lei fica sem lote? E tudo isto com a participação do PSD do seu próprio vice-governador?

O senhor está sabendo disto, governador Rodrigo Rollemberg? Se não estava, agora está. O que vai fazer a respeito?

E o PRO-DF é só o primeiro passo. Se a quadrilha assumir a administração de Santa Maria, toda a cidade será saqueada.

ACORDA SANTA MARIA!

Por Dr. Guilherme Pontes, advogado e professor de Direito.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 28

PRÓ-DF EM SANTA MARIA DE DIREITO E DE FATO

Durante o evento, o Governador Rodrigo Rollemberg elogiou a ex-presidente da ACISM, Natália Cotrim, por ter sido a primeira pessoa a lhe entregar um documento pedindo a regularização do PRÓ-DF em Santa Maria.

Agência Brasília, com adaptações do CSM

O governo de Brasília deu mais um passo para a regularização das Áreas de Desenvolvimento Econômico que fazem parte do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal (Pró-DF).

Com a presença de representantes do setor produtivo, que há mais de 20 anos esperavam por isso, o governador Rodrigo Rollemberg assinou o decreto de regularização da área de Santa Maria, que beneficiará cerca de 400 empresas na região. O ato ocorreu na sexta-feira (10), na Assembleia de Deus de Santa Maria da CL 209.

Rollemberg classificou a assinatura do decreto como mais um nó desatado. "Esse é o fim da intranquilidade e da insegurança jurídica do setor produtivo da região". "Temos que ter uma cidade legal, regularizada. Uma cidade em que os empresários tenham segurança jurídica para investir, para empreender, para criar empregos", disse. Ele ressaltou ainda que a regularização fundiária é um dos focos da atual gestão.

APLAUSOS

Mesmo com os "calorosos" discursos de alguns que quiseram pegar carona como pai da criança (PRÓ-DF), o governador Rollemberg arrancou aplausos da multidão presente ao citar o nome da empresária Natália Cotrim: "Quero aqui destacar o nome da ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Maria, Natália, por seus 25 anos de luta pelos interesses dos empresários de Santa Maria Essa guerreira, foi a primeira pessoa a me o primeiro documento solicitando a regularização do PRÓ-DF de Santa Maria", disse.

Natália, ao receber o elogio agradeceu: "Eu recebo com muita alegria esse elogio pela nossa luta, hoje com todo esse gosto de vitória, aliás, uma vitória da cidade. Mesmo não exercendo mais o comando da ACISM, continuo ajudando a atual gestão, dentro daquilo que está ao meu alcance". "Estou muito otimista que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 29

brevemente, todos os empresários da cidade estarão com suas escrituras nas mãos”, explicou.

Excessiva burocracia.

Em seu pronunciamento, o vice-governador de Brasília, Renato Santana, presente na cerimônia, disse que o passo dado nesta manhã representa um avanço na relação entre comerciantes e governo.

“Precisamos combater a excessiva burocracia. O Estado deve atuar como um facilitador para os empresários.”

Segurança jurídica para os empresários do DF As escrituras dos imóveis vão permitir aos empreendedores ampliar suas atividades, participar de programas governamentais e ter acesso ao crédito. “É nossa obrigação resolver um problema que há décadas se arrasta e prejudica tanto os empresários”, afirmou o secretário de Economia e Desenvolvimento Sustentável, Arthur Bernardes, pasta à frente dos trabalhos.

Um dos beneficiados é Fábio Portela, dono da empresa Rei das Castanhas. “A assinatura desse decreto é um sonho de 25 anos. A burocracia inibe os comerciantes na hora de investir, e agora teremos segurança jurídica”, disse o empresário de Santa Maria, no ramo desde 2004.

Também estiveram presente ao evento os ex-administradores de Santa Maria, Ricardão, Erivaldo Alves, Neviton Sangue Bom, Dr. Paulo Paracatu e Jaqueline Silva, atualmente, a maior expressão política da cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Solicito a V.Exa. que encaminhe à Comissão de Assuntos Fundiários, para que possa promover os devidos questionamentos.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, eu venho neste momento ocupar esta tribuna para falar um pouquinho sobre a visita que o Governador realizou em Corumbá IV.

Em meio à grave crise hídrica que castiga a população, começa a chover informação positiva, que ajudará milhares de cidadãos de Brasília. O Governador Rodrigo Rollemberg tem trabalhado insistentemente para evitar os efeitos da seca que afeta a cidade. E temos uma ótima notícia para dar: até o final de 2018, o Sistema Produtor Corumbá IV deverá entrar em operação. A previsão foi feita pelo Governador na última sexta-feira, durante visita a obras da Estação de Tratamento de Água em Valparaíso, um dos conjuntos de estruturas do sistema de Corumbá IV.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
04 04 2017		15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA		30

Além da Estação de Tratamento, o sistema terá adutoras, estações elevatórias e de captação de água bruta e de água tratada, parte no Distrito Federal e parte em Goiás, que compartilham os custos da construção e, futuramente, dividirão o abastecimento.

Quando assumiu o governo, em janeiro de 2015, as obras de Corumbá IV estavam paralisadas havia dez meses por falta de recursos. As contas do governo estavam completamente desequilibradas com a herança de dívidas passadas. Mesmo assim, Rodrigo Rollemberg retomou a construção de Corumbá IV, por compreender a importância estratégica da obra para o futuro do Distrito Federal.

Naquele momento, nem se imaginava que o Distrito Federal estava à beira de histórica crise hídrica e inevitável racionamento. Mas, logo no primeiro mês, um empréstimo do Banco do Brasil permitiu retomar a obra executada pelas concessionárias Caesb e Saneago.

Na visita de sexta, o Governador pôde constatar ritmo acelerado de construção, com várias estruturas já edificadas e início de instalação de equipamentos. Uma obra impressionante, que está gerando inúmeros empregos.

A parte do projeto que coube à Caesb já está 65% concluída e recebeu R\$112 milhões em investimentos. As instalações de responsabilidade da Saneago sofreram interrupção, porque o Ministério Público questionou o custo de bombas compradas. Mas a informação é que o fornecedor aceitou reduzir substancialmente o valor cobrado e, nas próximas semanas, o Ministério das Cidades deve autorizar a Saneago a retomar a obra no lado de Goiás.

Quando estiver em pleno funcionamento, Corumbá IV fornecerá 2,8 mil litros por segundo para cada uma das unidades da Federação, beneficiando cerca de 600 mil habitantes. Beneficiará a população de Luziânia, Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso, cidades goianas do Entorno da Capital do País. Simultaneamente, atenderá moradores do Gama, Santa Maria e Recanto das Emas e permitirá realocar excedente de água da Bacia do Descoberto que deixa de ir para Gama, Santa Maria e Recanto das Emas, cidades que passam a ser abastecidas por Corumbá IV.

O Governo de Brasília trabalha firmemente para ampliar a capacidade de abastecer a população. Além da água que vem de Corumbá IV, está em construção o sistema de captação no Bananal, que deverá ficar pronto no final deste ano, permitindo retirar 700 litros por segundo, volume igual ao da captação emergencial no Lago Paranoá, para a qual foram liberados 55 milhões do Ministério da Integração.

Somado a tudo isso, Deputado Delmasso, o governo também está revitalizando canais da Bacia do Descoberto. O principal deles é o canal do Rodeador. Deputada Telma Rufino, em dois anos, vários investimentos ocorreram, enquanto governos anteriores passaram dezesseis anos sem aplicar recursos em obra estruturante para garantir o abastecimento dos quase 3 milhões de habitantes da Capital do País.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 31

O trabalho sério e o comprometimento do Governador Rodrigo Rollemberg têm gerado bons frutos para Brasília, com a responsabilidade que vem mostrando no Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu quero agradecer esse tempo que nós estamos aqui. Com certeza, vai melhorar muito mais. Era isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Julio Cesar.

Deputado Julio Cesar, com todo respeito a V.Exa., esse discurso é duro de ouvir. Dois anos e meio depois, o Sr. Governador foi entender que tinha que investir em Corumbá IV, depois que as torneiras secaram. Isso é de uma imbecilidade fora do comum. (Palmas.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estava prestando atenção ao discurso do Deputado Julio Cesar, de quem tenho a grande honra de ser colega de Parlamento. Eu tenho certeza, Deputado Julio Cesar, de que V.Exa. pegou essas informações com alguém do Poder Executivo.

Primeiro, esse discurso seria muito legal, se fosse no primeiro dia de mandato, não é? Houve um governo de transição, que já sabia ou deveria saber sobre a questão das adutoras. Há uma grande inverdade nesse discurso. Se nós ainda temos condição de montar as adutoras, é porque foi construída Corumbá IV. Não só este governo, mas também o governo que passou foram negligentes. E eu tenho a honra de ter combatido os dois, tanto o governo do Agnelo, quanto o governo desse incompetente, desse Rollemberg. (Palmas.)

Sabe por que, Sr. Presidente? Falar que, há dezesseis anos, não há investimento? Foi construída Corumbá com o dinheiro de Goiás e com o dinheiro do Distrito Federal. O Governador de Goiás, muito esperto, construiu as adutoras. Aqui não foram construídas as adutoras. E o pior de tudo é ele ainda ter coragem de visitar as obras, com falta de água na casa de todo mundo, e de falar: "Vamos iniciar". Iniciar?! Com o governo dele acabando?! Cartão vermelho para esse cara.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quero só falar, Deputado Julio Cesar, que todo mundo sabe da minha relação de respeito com os Deputados. Quando me referi à imbecilidade, era à imbecilidade deste governo, jamais do Deputado, apesar de achar que meu amigo Julio foi de uma infelicidade nesse discurso. Tenho certeza de que não foi ele que escreveu. No entanto, volto a dizer que esse governo foi de uma imbecilidade sem tamanho.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 32

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou só falar sobre essa relação de Corumbá IV. Foi um projeto que se iniciou no Governo Roriz, e parte da classe política, à época, era contra a construção.

Deputado Wellington Luiz, aqui tenho o orgulho de dizer que o Presidente do vosso partido, o ex-Vice-Governador Tadeu Filippelli, à época, salvo engano, era Secretário de Obras na gestão do Governo Roriz. O Governador Roriz, à época, teve a grande visão da construção de Corumbá IV.

Deputada Celina Leão, V.Exa. se lembra muito bem de que parte da classe política de Brasília era contra a construção. Eu era muito mais novo do que sou hoje, mas eu me lembro de que parte da classe política do Distrito Federal entrou, inclusive, com mandado na Justiça para proibir esse tipo de obra, que hoje se torna a grande solução, Deputado Raimundo Ribeiro, para a crise hídrica que nós estamos enfrentando.

O que eu quero deixar claro também é que esta obra começou no governo Roriz, foi um projeto do Governador Roriz, teve continuidade nos Governos Arruda e Agnelo. E este governo agora está tendo – vamos dizer assim – a hombridade de dar continuidade a obras do governo anterior para entregar essa obra de Corumbá IV, que toda a classe política hoje, até aqueles que a criticavam anteriormente, diz ser a solução da crise hídrica no Distrito Federal.

Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso. Concordo com V.Exa. que, de fato, é um gesto de hombridade, só que esse gesto de hombridade deveria ter começado há dois anos e meio. O Governador não deveria ter esperado as torneiras secarem para depois lembrar que isso era uma necessidade da população. O gesto de mesquinhez foi muito maior do que o gesto de hombridade. E agora, por uma questão de necessidade, ele resolveu tocar essa obra, mas é só por uma questão de necessidade, não é por outra razão.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PTB. Sem revisão da oradora.) – Eu queria agradecer sempre as manifestações e as lembranças do que meu pai fez, porque, quando ele pensou em fazer Corumbá IV, sempre pensou nas próximas gerações, para os próximos cem anos. Foi um estudo muito sério feito pelas empresas na época.

Recentemente, fui atrás dessas pesquisas, Deputado, e me disseram que Corumbá IV atenderia e que, caso fossem feitas essas obras, não se precisaria de chuva. Por um ano, se não chovesse, Corumbá IV daria para abastecer o Distrito Federal. A gente não precisaria ficar olhando para o céu, esperando chuva. A verdade é essa. As pessoas não sabem qual é a verdade nessa questão da crise hídrica no Distrito Federal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
04 04 2017	15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA		33

Quero agradecer ao Deputado Delmasso. Depois quero fazer um pronunciamento sobre as pesquisas que tenho feito. Eu me encontrei com o Governador Marconi Perillo na semana passada e ele me disse que a parte dele ele já ia começar a fazer. Ou seja, quero trazer aos Deputados, aos meus colegas, essas informações todas que estou levantando e dar uma satisfação para Brasília, para a população, pois a história não é bem essa. Nós vamos aqui trazer essas informações tão logo elas fiquem prontas. Agradeço a sua consideração.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado pelas palavras, nobre Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava ali fora, mas ouvi alguns pronunciamentos e confesso que estou perplexo, porque eu fico me perguntando o que o Governador Rodrigo Rollemberg fez para resolver essa questão da crise hídrica a não ser gerá-la.

Vejam só: as informações que temos é de que, em 2015, a Adasa já tinha conhecimento de que poderia acontecer isso que está acontecendo e que, se tivessem tomado alguma providência, não estaríamos nesse quadro caótico que hoje temos de enfrentar. De repente, o Governador vai a Corumbá tirar umas fotos, aquela besteirada toda, e fica parecendo que ele fez alguma coisa demais. A única coisa demais que ele fez foi não fazer nada, até porque uma das características que ele tem é exatamente a lerdeza que todo mundo já conhece.

Em 2015, a Adasa já tinha dito, essa mesma Adasa que gastou também, em 2015 ou 2016, 58 milhões, se eu não me engando, com publicidade – não sei que publicidade, porque não tem nada para mostrar... E, aí, com o que a gente depara? Ontem nós recebemos até uma notícia muito boa, oriunda do Poder Judiciário. Um juiz de direito decretou – porque juiz decreta, determina – que essa tarifa extra que eles inventaram só para arrecadar mais não pode prevalecer.

Então, quando digo que fico perplexo, Presidente, é porque realmente eu gostaria que alguém, inclusive o governo, pudesse apontar algo positivo. O que este rapaz fantasiado de governador fez para evitar que essa crise hídrica acontecesse no Distrito Federal? Porque só tirar fotografia onde existe a solução não serve. O que serve é uma ação concreta. Qual foi a ação concreta desse rapaz? Nenhuma. Até porque a gente sabe que ele está preocupado com outras coisas agora.

De qualquer maneira, acho que é importante que fique muito claro que essa crise hídrica que hoje o Distrito Federal vive é devido a termos um governador que está sentado há dois anos e não ter feito absolutamente nada – apesar de ter sido avisado – para minorar o sofrimento da população de Brasília. Nem no meu Piauí, que tem problema de seca, a gente tem um racionamento absurdo como esse que se está enfrentando aqui no Distrito Federal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 34

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Eles esperam as coisas acontecerem. Foi assim com a água e foi assim com os professores, alguns dias atrás. O Deputado Prof. Reginaldo Veras esteve aqui antes da assembleia. Foi uma crise anunciada. Os professores tiveram que tomar a pista para que fossem ouvidos. Se não fosse assim, não seriam ouvidos; se não fosse a manifestação e o apoio dos Deputados – Deputado Wasny de Roure, Deputado Ricardo Vale, Deputado Joe Valle, Deputado Prof. Reginaldo Veras –, o Governador não os teria sequer recebido. Está sendo assim com os policiais civis, como V.Exa. bem disse, Deputado Raimundo Ribeiro: a lerdeza do Governador vai fazer com que, daqui a pouco, não haja outra opção senão a de os policiais entrarem em uma operação que seja o movimento paredista ou qualquer outra coisa.

Essa greve vai ter nome, vai se chamar Rodrigo Rollemberg, novamente, porque o Governador está sentado em cima de uma solução que já era para ter sido adotada há muito tempo. Ela já está pronta e não há justificativa para estar sendo protelada há tanto tempo, obrigando os policiais a estarem aqui praticamente todos os dias.

Então, ou o Governador resolve tomar uma atitude de fato – e, como bem disse V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro, para de tirar foto – ou Brasília vai continuar pagando um preço muito alto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atualmente V.Exa. exerce a função de Vice-Presidente desta Casa e sabe que a Câmara Legislativa poderia promover um debate. Eu queria sugerir que V.Exa. convidasse, aqui na Presidência, a bancada Federal – tanto de Senadores, quanto de Deputados Federais. Tenho certeza de que o Deputado Joe Valle tem total abertura – para um encontro com as entidades que estão, nesse momento, fazendo o debate da área de segurança.

Acho que precisamos, Sr. Presidente, ter uma conversa, no Parlamento Federal, com os Presidentes das duas Casas. É importante convidar o Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Lira, meu Presidente. Temos que fazer também um gesto de acolhimento dessas entidades, bem como um pleito institucional da Câmara Legislativa junto à Presidência do Senado e à Presidência da Câmara.

Temos que levar esse debate, porque eles também têm interesse no bom funcionamento da segurança, tanto da Polícia Civil, como da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Precisamos dialogar, já que é uma matéria que passa pelo Congresso Nacional, também com esses autores e solicitar que eles entrem nesse

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	

processo, como ocorreu quando a Polícia Federal teve o reajuste dos 37%, distribuídos no tempo.

A partir daí a gente abre esse leque, convida o Governo do Distrito Federal para estar presente, e tem uma conversa fora das hostes de exclusividade do Governo do Distrito Federal. A despeito da prerrogativa de que cabe ao Governo do Distrito Federal apresentar à União a proposta, digo que cabe também à União levantar, junto ao Governo do Distrito Federal, a vulnerabilidade e o risco da segurança na Capital da República.

Portanto, sugiro a V.Exa., com o apoio do Presidente da Comissão de Segurança, junto ao Deputado Joe Valle, que faça um grande encontro dos Parlamentares Federais, para que a gente possa ter essa agenda junto à Presidência do Senado e à Presidência da Câmara dos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure. Vamos acolher a sugestão de V.Exa. e solicitar isso ao Deputado Lira, como Presidente da Comissão de Segurança. Tentaremos promover esse encontro.

Acho que a ideia do Deputado Wasny de Roure é extremamente importante, e que ela seja urgente, ou seja, o mais rápido possível.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Antes de voltar aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero me manifestar em relação à crise hídrica do DF.

Embora V.Exa. e outros aqui que me antecederam não concordem com o que o Governador fez, mesmo diante de toda a dificuldade financeira por que está passando o Estado, ele esteve lá e demonstrou a sua preocupação. Antes tarde do que nunca. O importante é que ele tem consciência disso e está tomando todas as providências para que esse problema da crise hídrica do DF possa ser resolvido o mais rápido possível. Se vai construir agora, não importa. O importante é que comece, porque alguma coisa tem que ser feita. O que não se pode é prolongar por muito tempo este problema que está nos afligindo hoje: a crise hídrica.

Com relação à segurança, na condição de Presidente da Comissão de Segurança, estou aqui à disposição da categoria para poder dialogar e também para ajudar naquilo que for possível e que estiver ao meu alcance. Se tivermos que ir ao Presidente da República, vamos ao Presidente da República, vamos aonde for. Vamos tentar resolver esse problema. O que não se pode é prorrogar por mais tempo esse problema.

Com relação ao projeto que tabela os supersalários, eu peço a V.Exa. que o coloque logo em votação. Tenho um compromisso daqui a pouco, preciso sair e

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 36

queria votá-lo antes. Acho que os Comunicados de Parlamentares já foram encerrados. Então vamos tentar agilizar a votação. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Lira. Os Comunicados de Parlamentares não foram encerrados ainda. Se os Parlamentares abrirem mão de seus pronunciamentos, colocaremos em votação o mais rápido possível.

Agradeço a V.Exa. a disposição com relação à segurança. Se V.Exa. me permite discordar da questão do antes tarde do que nunca, Deputado, não adianta socorrer a vítima depois de ela estar morta. Tem que socorrê-la enquanto ela estiver viva, depois de morrer, não adianta. O Governador deixou a água primeiro secar, para depois lembrar que deveria fazer alguma coisa. Enfim...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Quero só fazer um esclarecimento, porque o Deputado Lira falou sobre quem quer ser contra ou quem não concorda. Deputado, aqui ninguém é contra. A única coisa que eu perguntei desde o início é o seguinte: além de tirar foto, o que esse cabra fez para resolver o problema da crise hídrica do Distrito Federal, ao longo de dois anos e meio? A questão é objetiva. A questão não é discursiva, não é subjetiva. Ela é muito objetiva. O que o Governador Rodrigo Rollemberg fez para resolver o problema da crise hídrica do Distrito Federal, além de instituir uma tarifa inconstitucional, como já declarado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que onerou em 40% o pobre do consumidor do Distrito Federal? Absolutamente nada! Ele foi lá, gastou o tempo de todo mundo – o dele não, porque o dele não tem problema –, gastou o tempo dos outros para ficar tirando foto.

É só esse esclarecimento que gostaríamos de colocar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 37

Concedo a palavra Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, quero aqui parabenizar os guias de turismo e dizer que estarei aqui para votar seu projeto. Votarei a favor do Projeto de Lei nº 2.050, que vai ser apresentado neste plenário. (Palmas.)

Bem, eu venho a esta tribuna falar de um assunto que está, Deputado Prof. Reginaldo Veras, na pauta do Supremo Tribunal Federal, Deputado Prof. Israel, que é uma ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental impetrada pelo PSOL em relação à autorização do aborto de crianças, independente da doença, a partir da 12ª semana de gestação. A Relatora dessa ADPF no Supremo Tribunal Federal, Ministra Rosa Weber, deve apresentar, na próxima semana, o seu voto referente a essa ADPF que autoriza, Deputada Luzia de Paula, o aborto, independentemente da causa, em mulheres que estão em gestação até a 12ª semana.

Aqui eu quero usar esta tribuna de hoje para trazer essa pauta porque ela vai interferir no dia a dia de todo cidadão, de toda cidadã brasileira, e também aqui do Distrito Federal. Quero manifestar que eu sou totalmente contrário à legalização do aborto no País.

Aqueles que são favoráveis ao aborto, Deputado Ricardo Vale, defendem que é direito da mulher decidir se ela vai ter esse filho ou não. Eu quero fazer uma pergunta para aqueles que defendem o aborto a partir da 12ª semana de gestação, Deputado Robério Negreiros. E eu quero fazer uma pergunta, pois aqueles que defendem o aborto com certeza estão vivos, tiveram a oportunidade de nascer. Quantos adolescentes ou até mesmo adultos que estão vivos hoje foram fruto de gravidez indesejada e nem por isso se tornaram, Deputado Rafael Prudente, como dizem algumas pessoas, meliantes, porque foram excluídos por suas famílias? Quantos adultos hoje tiveram, meu amigo Hermeto, a oportunidade de construir a sua história, porque tiveram a oportunidade de nascer, independentemente de a gravidez ser indesejada ou não?

Eu quero aqui repudiar essa ADPF que foi apresentada pelo PSOL no Supremo Tribunal Federal e dizer que qualquer criança tem o direito de nascer. Qualquer criança, Deputado Wasny de Roure, tem o direito de vir à vida. Nós não temos o direito de legislar sobre o direito de uma criança que ainda está no ventre da mãe, que sequer tem a capacidade de se defender, que sequer tem voz ativa para se defender. É um absurdo defender o aborto a partir da 12ª semana de gestação. É tirar o direito dessas crianças de virem ao mundo e construírem as suas vidas.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	

Algumas pessoas dizem que essas crianças têm mais tendência à criminalidade. Isso é um absurdo, isso é um grande absurdo! Ou seja, significa que uma criança que nasce de uma gravidez indesejada vai ser bandido? Quer dizer que nós estamos determinando o futuro dessa criança?

Quero dizer mais: nós não temos o direito de decidir quem deve nascer e quem deve morrer. Nós não temos o direito de decretar a morte a uma criança na 12ª semana que está no ventre da mãe e que não consegue sequer apresentar o seu direito de defesa.

Então, eu quero aqui repudiar essa ADPF apresentada pelo PSOL e qualquer projeto que legalize o aborto no Brasil.

Aprovar legalização do aborto é a mesma coisa que aprovar genocídio. A diferença de um homicídio para um aborto é que a pessoa que sofreu o homicídio tinha, no mínimo, a capacidade de se defender; e, no aborto, Deputado Chico Vigilante, a criança não tem condições de se defender.

Eu já vi vídeos de abortos acontecendo, de fetos sendo esquartejados, de fetos sendo dilacerados, com uma nítida expressão de interrupção da vida. Qualquer cidadão que for a favor do aborto não é a favor da vida. Sim à vida, não ao aborto.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Vou abrir mão da palavra nos Comunicados dos Parlamentares, a pedido da Deputada Celina Leão, para que a gente vote o mais rápido possível o PL nº 2.050, de 2014. Atendendo o pedido de V.Exa., abro mão da palavra.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um projeto meu que só falta ser votado em segundo turno, porque eu tive um compromisso externo e não estava no dia. É um projeto importante que tem até a participação da Deputada Celina Leão, o dos guias de turismo.

DEPUTADA CELINA LEÃO – É esse, Deputado, inclusive eu citei o nome de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É esse, Deputado, é o Projeto de Lei nº 2.050.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Há um substitutivo meu e da Deputada Celina Leão. É um projeto de minha autoria, mas tem a participação também muito importante da Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É aquele lá, Deputado, é o Projeto de Lei nº 2.050.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Está em segundo turno, eu não estava presente, e a regra realmente é essa.

Há também a questão do veto. Depois de muita conversa com o governo sobre a importante lei do Deputado Chico Vigilante, a Lei nº 5.807, de 26 de janeiro de 2017, dos dois vetos, a gente vai derrubar apenas aquele ao parágrafo segundo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok, Deputado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Considerando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica que trata dos supersalários, a gente está tendo um entendimento com o Presidente da Casa, com o Presidente da CESP PELO, Deputado Julio Cesar, e com o Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores para ver se a gente vota ou não.

Eu, como Relator, havendo consenso, não tenho problema nenhum de votar a proposta em primeiro turno, com a propositura de a gente trabalhar essas emendas no segundo turno. Assim já damos também essa resposta à sociedade, que clama por isso. Parabéns aos integrantes da CESP PELO.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros. Deputado, só para conhecimento de V.Exa., primeiro, com relação ao PL nº 2.050, foi acordado que nós faremos a inversão de pauta, a pedido da Deputada Celina Leão. Então será o primeiro projeto a ser votado, que tem a participação de V.Exa.

Com relação ao veto, nós fizemos um acerto no Colégio de Líderes, ontem, a pedido de V.Exa. Conversei inclusive com o Secretário José Flávio, que não vê óbice, portanto nós também deveremos já votar a derrubada de veto, conforme haja tempo e *quorum*.

Por fim, quanto à questão dos supersalários, nós estamos entrando em acordo, conforme o Presidente Deputado Joe Valle já tem solicitado.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também abro mão de fazer uso da palavra para poder apressar a votação do PL nº 2.050.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro, que abre mão, para poder dar celeridade ao Projeto de Lei nº 2.050.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como eu sou um Deputado que está aqui todos os dias para votar, e não vou embora antes de a sessão terminar, vou votar, mas, primeiro, eu vou falar, porque uma das poucas coisas a que a gente tem direito aqui é falar. Se fica sem falar...

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 40

Eu quero comunicar algo a esta Casa. Todo mundo tomou conhecimento daquele decreto do Tribunal de Contas do Distrito Federal usurpando os poderes da Câmara Legislativa, numa medida completamente inconstitucional, que fazia um trabalho de seleção prévia dos projetos do governo e dos projetos dos Deputados, para saber se podiam ou não ser votados.

Eu disse que ia entrar com um decreto legislativo cancelando aquilo. Estou aqui com o decreto assinado, desde cedo. Já ia protocolar, Deputado Wellington Luiz, e pedir o apoio de todos os Deputados. Entretanto, sou avisado agora pelo Presidente Deputado Joe Valle que a Presidenta do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Anilcéia, informa à Câmara Legislativa que o decreto deles está cancelado. Acho que eles tomaram juízo, na medida em que cancelaram esse decreto. Repito: era uma intromissão indevida aqui no Poder Legislativo que cessa a partir deste momento.

Dito isso, quero citar um outro ponto importantíssimo. Uma sessão solene aconteceu nesta Casa no dia de ontem, sobre a Campanha da Fraternidade, sessão bonita, Deputada Luzia de Paula! Aqui estiveram V.Exa., o Deputado Raimundo Ribeiro, a Deputada Celina Leão, a Deputada Liliane Roriz, o Deputado Bispo Renato Andrade – pedi-lhe que comparecesse já que o Cardeal Arcebispo de Brasília estaria aqui, e S.Exa., como bispo, tem que estar subordinado ao cardeal; S.Exa. compareceu, fez um belo discurso. Portanto, foi um momento realmente extraordinário aquele que vivemos aqui no dia de ontem.

Conversei com o Deputado Joe Valle antes da sessão, e S.Exa. me disse que está com a ideia de realizar um ciclo de debates nesta Casa. Eu já dei a ideia ao Deputado Joe Valle e ao cardeal de fazermos um debate sobre política e religião, trazendo os líderes religiosos para discutirmos política – política com p maiúsculo, política da mais alta seriedade. Acho que é importantíssimo discutirmos isso. O Deputado Joe Valle se comprometeu a fazer isso.

Com relação a esse projeto do chamado teto salarial, devo dizer, e aqui expresso a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores – é o que nós conversamos com o Deputado Ricardo Vale e com o Deputado Wasny de Roure –, que poderemos votá-lo hoje. Mas o projeto que está em debate é o do Executivo – foi isso que o Deputado Joe Valle nos disse –, é o projeto do Executivo que está em pauta, sem emendas. As emendas, o substitutivo ficariam para o segundo turno. Estou dizendo isso, Deputada Celina Leão, porque fazemos as coisas com muita transparência. Portanto, é isso que está colocado.

Devo dizer que uma das emendas que estamos apresentando no nosso substitutivo é a que trata de décimo terceiro. Décimo terceiro não pode entrar no piso, no teto. Décimo terceiro é décimo terceiro, é pago uma vez por ano, não é salário permanente.

Devo dizer também que as emendas não devem ser votadas hoje porque emenda votada hoje e rejeitada não pode voltar no segundo turno! E ainda devo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
04 04 2017		15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA		41

alertar a Casa, e é importante que se tome conhecimento disso, de que o projeto, para ser aprovado, precisa de dezesseis votos favoráveis! Então, estou colocando todos os pré-requisitos para que haja votação. Cumprido isso, nós da bancada do PT estamos dispostos a votar. Fora disso, não há acordo para votar! Obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Só gostaria de avisar ao Deputado Chico Vigilante que o projeto de minha autoria já foi apensado na CESP PELO e na CCJ. Então, o projeto já tem a minha autoria, já está com a minha autoria e a do Governo do Distrito Federal. Foi apensado inicialmente ao projeto de minha autoria, que é mais antigo, é de 2013, como sempre fiz aqui com os colegas, e depois ao projeto do Executivo.

Só quero esclarecer que já consta isso. Se esse foi o acordo proposto, realmente não é verdadeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concluindo a lista dos inscritos nos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Eu gostaria de parabenizar o nobre Deputado Joe Valle pelo encontro promovido ontem com várias entidades, com vários representantes do Ministério Público e do governo para tratar do Instituto Hospital de Base. Foi extremamente proveitoso. Nós tivemos a oportunidade de ouvir pessoas que conhecem o processo e de sair de lá com informações extremamente importantes.

Eu, particularmente, Deputada Celina Leão, saí de lá com a certeza absoluta de que nós não devemos aprovar esse instituto e de que nós temos alternativas além dessa. Mas, de qualquer forma, serviu para que todos tivessem a oportunidade de manifestar os interesses de seus segmentos. Então, mais uma vez, parabenizo aqui o Deputado Joe Valle pela promoção do encontro na tarde de ontem.

Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto aos Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 170, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições e itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passamos à votação dos itens acordados.

Item nº 187:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050, de 2014, de autoria do Deputado Robério Negreiros e da Deputada Celina Leão, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do guia de turismo nos transportes que estejam realizando atividades turísticas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se.

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar os autores da propositura. Nós, nesta Casa, Deputada Celina Leão, inclusive em alguns momentos a assessoria de V.Exa. participou, estamos fazendo um trabalho acerca da Frente Parlamentar em Defesa do Turismo no Distrito Federal.

Esta semana, nós tivemos um café da manhã no Diários Associados como uma forma de nos mobilizarmos. Eu quero dizer a V.Exa., que naturalmente dispensa a nossa iniciativa, que quero apresentar aqueles que a integram como mais uma contribuição desta Casa a esse debate da maior importância, inclusive ao programa deles com relação aos embaixadores do turismo. Nós precisamos aproveitar já essa iniciativa e essa organização dos guias de turismo. Eu quero convidá-los para as próximas reuniões juntamente com as entidades que estão participando. Esses encontros têm sido bastante concorridos.

Portanto, guias turísticos já se sintam convidados a participar desses encontros que a Fecomércio, a Fundação Assis Chateaubriand e a Câmara Legislativa vêm fazendo em prol do turismo no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e parabéns aos autores da proposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão para declaração de voto.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só quero aqui parabenizar o Deputado Robério Negreiros. Quando a gente apresentou o projeto, já havia em curso uma outra proposição do Deputado. S.Exa. teve a grandeza de juntar as duas iniciativas e de dividir a autoria conosco.

Então, eu quero parabenizar o Deputado Robério Negreiros pela grandiosidade do gesto, mas principalmente aos guias de turismo que estão aqui neste plenário. A gente sabe da luta de vocês. A gente vive numa cidade onde ainda pouco se explora o turismo cívico, o turismo rural. Temos uma capacidade enorme para ampliar essa atividade, e uma lei como essa vem dar uma condição regular para que vocês possam trabalhar e fomentar cada vez mais o seu trabalho.

Parabéns pela luta! Vocês vieram muitas vezes a este plenário. Parabéns! Que Deus abençoe vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabenizo, de igual modo, a nobre Deputada Celina Leão pelo projeto, o Deputado Robério Negreiros e todos vocês por essa vitória.

Parabéns. Deus os abençoe e sucesso.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

“Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 2.050, de 2014, de autoria do Deputado Robério Negreiros e da Deputada Celina Leão, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do guia de turismo nos transportes que estejam realizando atividades turísticas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Manifestação da galeria.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2017		15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns! Já está concluída a votação. Vão com Deus e boa sorte. Parabéns!

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tem como a gente colocar a derrubada veto? É só um parágrafo. Depois, a gente...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acho que sim. Ele tinha ficado suspenso.

Deixa eu só fazer uma consulta aos Líderes. Da minha parte, sim, Deputado, porque a gente já tinha discutido isso.

Consulto o Líder do Governo, Deputado Delmasso, com relação ao veto proposto pelo nobre Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre a questão apresentada pelo Deputado Robério Negreiros, a Liderança do Governo não tem resistência à derrubada do veto aos dois parágrafos do projeto de lei do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse consultado, logicamente, o autor do projeto, Deputado Chico Vigilante. Houve a discussão, a preocupação do governo. Foi dirimida essa preocupação e se mantém apenas o veto ao inciso II, derrubando o veto ao § 2º, que é o que o setor produtivo almeja, tanto Fibra quanto Fecomércio. Não há nenhum óbice do governo após o entendimento. Lógico, tem que haver o respeito em função do autor desse projeto, que é muito importante para o setor produtivo, principalmente em tempos de crise.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a retirada desse veto de pauta, nós o votaremos mais à frente.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Houve o acordo no Colégio de Líderes, porém o autor é o Deputado Chico Vigilante. Não há como não respeitar a vontade do autor. Se o próprio autor está pedindo a retirada, cabe a nós acatar a solicitação do nobre Deputado Chico Vigilante.

Esta Presidência acata a solicitação de S.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 45

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Só uma pergunta: retira-se e se discute na próxima reunião do Colégio de Líderes? Não ficou claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ele vai continuar na pauta, Deputado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Eu não entendi.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ele vai continuar na pauta. Na próxima sessão, amanhã, por exemplo; não havendo óbice do Deputado Chico Vigilante, ele entra em votação.

Consulto os Líderes se há acordo para inclusão, como item extrapauta, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 60, de 2013, em tramitação conjunta com a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 67, de 2017.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Consulto os Líderes, vou repetir... Gostaria que houvesse atenção.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, o que tenho a falar é pertinente por eu ser relator da CESP PELO. Antes da consulta, eu queria fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu gostaria, inclusive, que o PT estivesse atento. Já que o Deputado Ricardo Vale não está presente, que o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Chico Vigilante... Diz respeito a V.Exas., que tinham feito um questionamento.

Consulto os Líderes se há acordo para inclusão, como item extrapauta, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 60, de 2013, em tramitação conjunta com a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 67, de 2017. Há acordo dos Líderes?

Deputado Wasny de Roure?

O Deputado Ricardo Vale está ausente. (Pausa.)

Deputado Ricardo Vale de ausente para presente.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, após um entendimento – logicamente, a gente está buscando entendimento – com o Presidente da Casa, Deputado Joe Valle; com o Deputado Ricardo Vale, que é membro da CESP PELO; e com o Presidente da CESP PELO, Deputado Julio Cesar; nós fizemos um acordo para votar o texto base hoje lá na CESP PELO, e não votar hoje aqui. Mas a construção que estamos fazendo é para que votemos no primeiro turno apenas o texto base, vindo do governo, e que todas

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 46

as emendas apresentadas sejam transferidas para o segundo turno; elas não vão ser analisadas em primeiro turno. Essa é uma proposição para se tentar um entendimento. No segundo turno, tentaríamos construir um substitutivo, apenas um, ouvindo os Parlamentares.

Para não gerar uma confusão, sugiro ao Presidente que, no Colégio de Líderes, cada Líder indique por bloco um servidor responsável para conversar com os demais e com o servidor do meu gabinete, como Relator da matéria, para que a gente não atropele os colegas em relação ao entendimento; buscar um entendimento, para que esta Casa participe do tema, que é muito importante, da melhor maneira possível e buscando a moralidade.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero me inscrever para a discussão da matéria.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento da Liderança do Governo é para que votemos o texto base hoje, em primeiro turno, e façamos a discussão das emendas com as assessorias.

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero me inscrever para o debate da matéria.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero reafirmar o acordo que fizemos aqui, inclusive com os membros da Cepelo, com o próprio Relator da matéria e com o próprio Presidente desta Casa, Deputado Joe Valle. Temos acordo em votar hoje o projeto desde que as emendas sejam todas votadas no segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok. Há acordo desde que se vote o projeto original e as emendas sejam votadas no segundo turno.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data 04 04 2017		Horário Início 15h05min		Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				Página 47	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, segue a orientação: o Bloco Sustentabilidade e Trabalho ratifica a adesão do Líder de Governo e também do Líder da bancada do PT.

Lembrando que o que será votado aqui em primeiro turno é o substitutivo aprovado na CCJ e na Cepelo, e não o texto original encaminhado – porque houve uma pequena mudança por meio da apresentação de um substitutivo. É esse o acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Ricardo Vale, V.Exa. entendeu a observação feita pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras? Pergunto porque assim muda-se sistematicamente a intenção de V.Exa.

É bom que os Deputados fiquem atentos às observações, para que saibam o que está sendo votado.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Ricardo Vale afirma que há acordo.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria ressaltar realmente que hoje a Comissão se reuniu. Foi a primeira reunião ordinária. Estivemos lá com os Deputados – Deputado Robério Negreiros esteve presente, Deputado Prof. Israel, Deputada Celina Leão, Deputado Ricardo Vale e Deputado Juarezão – e realmente havia esse acordo para votarmos essa matéria na comissão e deixar para que a votação em plenário fosse na terça-feira. Mas foi muito bem construído pelo nosso Presidente da Casa, juntamente com o nosso Relator na Cepelo, e houve o acordo também com os outros membros.

Então, quero ressaltar que estamos prontos para poder votar. E eu, como Presidente da Cepelo, quero agradecer o empenho a todos e ao nosso Presidente da Casa, Deputado Joe Valle.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Julio Cesar. Sendo assim, entendo que há acordo entre os Líderes, portanto a matéria está pronta para ser votada. Algum questionamento?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início			Sessão/Reunião
04	04	2017	15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA		48

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para lembrar que se precisa de 16 votos a favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pela nossa contagem, há os 16 votos, Deputado. Na conta, na tampa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Está bem. Só para não correr riscos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok, Deputado. V.Exa. nos lembrou muito bem.

Lembrando que ainda há um pedaço da Deputada lá em cima. Solicito que a Deputada Celina Leão desça para votar. Pode terminar aí, Deputada. Daqui a pouquinho chamamos V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 60, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, que “altera os dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal”, em tramitação conjunta com a Proposta de Emenda da Lei Orgânica do Distrito Federal nº 67, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “altera a redação do § 5º do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para discutir.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu poderia limitar essa discussão dizendo que o Governo do Distrito Federal poderia, logo no seu primeiro dia de governo, ter apresentado nos conselhos de administração de cada uma das nossas empresas que compõem o complexo do Governo do Distrito Federal; cito BRB, Caesb, CEB, Metrô, Novacap e outras empresas que compõem esse complexo gigantesco do Distrito Federal. Entretanto, o Governo do Distrito Federal apresentou...

Deputado Wellington Luiz, é extremamente importante destacar que o Governo do Distrito Federal, pelo contrário, fez o movimento, Deputado Lira, de separar a remuneração do servidor de carreira das empresas daquela remuneração de eventual ocupação em cargo comissionado ou de direção de empresa. Naturalmente, ampliou a folha de pagamentos não apenas porque já recebe a remuneração o servidor que vai ocupar o cargo comissionado, mas também recebe o valor do cargo comissionado cheio. Inclusive, diferente do que é aqui na Câmara Legislativa. Na Câmara Legislativa, quando nós requisitamos alguém do BRB, da Terracap, a pessoa chega aqui, Deputado Agaciel Maia, se não me falha a memória, e recebe 60%. Não, 80%. O Governo do Distrito Federal fez a separação do valor da remuneração de quem ocupa o cargo comissionado, mesmo sendo servidor da

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2017		15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	49	

empresa. Aí, naturalmente, as contas de cada uma das empresas cresceram significativamente.

Existe um outro problema, Sr. Presidente, porque algumas das nossas empresas detêm uma remuneração proveniente do desempenho da lucratividade apurado nos balancetes, o que leva a remunerações extras não muito comuns à administração pública. Isso faz com que o salário adquira volume extremamente expressivo. O governo, surpreso com a folha de pagamento, apresentou essa proposta.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. estava coberto de razão. É necessário diferenciar as empresas que dependem do Tesouro. Codeplan e Emater dependem do Tesouro e não estão incluídas nesse debate, diferentemente de outras empresas que apuram o seu lucro. São empresas estatais propriamente ditas. O governo encaminha um projeto de lei extremamente simplificado. Eu acredito, Deputado Prof. Israel, que o projeto tem uma intenção política, mas aí nós temos que ter clareza das consequências judiciais desse projeto extremamente resumido.

A bancada do PT, ao especificar a questão do 13º salário, extrair a questão do adicional de férias ou a antecipação do mês de férias no salário, em que o salário tem um pico... Isso não pode ser contabilizado, exatamente para fim do teto, porque é um direito do trabalhador. Também destaca a negociação proveniente dos acordos coletivos, os quais ocorrem uma vez no ano. Quem faz o acordo coletivo é o quadro de negociação que a empresa designa, até para efeito do seu próprio desempenho. Nós precisamos entender que a Constituição Federal deu um tratamento diferenciado às empresas públicas. Isso não pode significar cobertura a remunerações extravagantes, como temos assistido nos últimos anos, inclusive aqui em Brasília.

Quero registrar aqui meus cumprimentos à Deputada Celina Leão. No tempo em que essa matéria não foi tratada, a Parlamentar teve coragem de apresentar uma iniciativa moralizadora. Pode ser que o projeto não seja o perfeito, o mais preciso que deveria ter sido, mas veio em um momento oportuno e nós temos que valorizar a iniciativa do Parlamentar. Muito antes do próprio governo, o Parlamentar ousou apresentar a propositura, inclusive indo ao desgaste perante alguns segmentos organizados. Nesse sentido, eu tenho que explicitar meus cumprimentos à colega Parlamentar.

Esse substitutivo que não será apreciado hoje, mas sim no segundo turno, foi uma tentativa de evitar a judicialização e passivos trabalhistas. Essa é a nossa intenção, que nós renderemos à compreensão de cada um dos colegas. Eu atentei para algo e fui advertido pela assessoria do PT, que entende que a matéria, no art. 67 da Constituição Federal, já está incorporada. São os chamados jetons. Os jetons têm que ser contabilizados para efeito do teto da remuneração. Não dá para excluir e não levar isso em conta, porque faz parte do conjunto remuneratório, como também faz parte aquele que tem remuneração como diretor, fazendo parte da carreira dos servidores dessa ou daquela empresa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2017		15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA		50

Por último, Sr. Presidente, eu quero alertar os colegas Parlamentares – o Deputado Robério Negreiros tem dado uma contribuição enorme nesse debate e inclusive é o relator na Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal – no que se refere às chamadas remunerações em órgãos paraestatais. Nós estamos na iminência de ver uma proposta prosperar aqui dentro quanto ao Hospital de Base. Vai-se criar outro cenário e um procedimento remuneratório adicional aos servidores que vão compor o quadro de remuneração do Hospital de Base, caso a proposta do governo seja encaminhada. Até mesmo aquilo que está acontecendo no Hospital da Criança, se procede ou se não procede, os dados vão dizer.

Parabenizo o acordo, acho que está de bom tamanho. A Câmara avança. A Câmara referenda um caminho moralizador. Eu sou daqueles que “antes tarde do que nunca”, e o Governo do Distrito Federal apresentou isso antes tarde do que nunca, para o bem da moralização. Tanto é verdade que nem a União, o chamado Governo Temer, que quer moralizar, conseguiu aprovar isso no Congresso Nacional. Portanto, iremos votar uma medida saneadora e moralizadora para esta cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero chamar a atenção desta Casa, especialmente da imprensa que está aqui presente e que é muito competente e investigativa. Na verdade, os chamados supersalários, Deputado Chico Leite, têm um culpado, e não são os servidores.

Vamos lembrar o seguinte. Na época do Governo Agnelo Queiroz, um decreto dizia que o cidadão funcionário da CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal –, ou funcionário da CEB – Companhia Energética de Brasília –, de onde quer que fosse, Deputado Wasny de Roure, ao ser convidado para assumir um cargo, tinha que suspender o contrato de trabalho dele e receber só o salário do cargo, que era de 22 mil reais. Era essa a norma. Suspende-se o contrato, Deputado Prof. Israel, e, no caso do presidente das empresas, este passa a receber 22 mil reais; e, no caso dos demais diretores, 19 mil reais. Houve gente que foi convidada a assumir cargo e perdeu dinheiro. Queria assumir o cargo para servir à empresa em que ele trabalhava.

Quando chegou o Governo Rollemberg, os dirigentes da CEB e da Caesb foram os primeiros a pedir para suspender a norma. Suspenderam, e é daí que vieram os supersalários. Portanto, não venham colocar a culpa em quem quer que seja. Supersalário é culpa do Governo Rollemberg, dos dirigentes que ele nomeou para as empresas.

Não haveria essa celeuma aqui, Deputada Luzia de Paula, se fosse mantida a norma, Deputado Wasny de Roure, Deputado Agaciel Maia, que havia anteriormente.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2017		15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA		51

Foi convidado? Suspende-se o contrato de trabalho e recebe só a remuneração do cargo. Era assim, mas alteraram e deu no que deu. Todos ficaram achando bom: ô povo que gosta de dinheiro! Todos ficaram achando boa a grana, que não é pouca.

Depois, o Governador corre para apresentar esse projeto, achando que é a redenção de tudo, quando os culpados são eles. Ele poderia, antes de ter apresentado o projeto, ter demitido esse pessoal que criou o supersalário, para começar a moralizar as coisas.

É esse o esclarecimento que eu queria fazer aqui, para votarmos absolutamente claros sobre o que estamos votando.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, imprensa, eu participei da votação sobre esse projeto agora, no início da tarde, na comissão que avalia os projetos de emenda à Lei Orgânica. Lá eu fiz uma intervenção, uma fala. Essa fala foi deturpada por um blogue, que espalhou uma notinha em alguns grupos de WhatsApp. Na fala, eu me posicionei claramente contrário a qualquer tipo de privilégio, que no atual momento da nossa sociedade é inaceitável. Eu disse que a máquina pública estava apodrecida no Brasil.

Eu quero esclarecer que, quando eu digo que a máquina pública está apodrecida, eu digo que muitos municípios brasileiros não conseguem sequer pagar o piso do salário do professor, que é de R\$2.298,00 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais). Como podemos aceitar salários acima do teto, que é de mais de 30 mil reais? A máquina pública está podre, sim, porque, se você olhar os prédios dos órgãos burocráticos, como o da própria Câmara de Deputados, você ficará chocado ao comparar com o estado de conservação de qualquer escola de periferia em todas as cidades brasileiras. Isso é o Estado podre.

Então, esse blogue deturpou o que eu disse. Em Brasília, a carreira de professor é a carreira que não tem isonomia salarial com outras categorias e tem o menor salário dentre todas as categorias de nível superior. Nós estamos dizendo que o Estado brasileiro não está podre? A máquina pública está apodrecida, sim, porque é uma máquina que mantém privilégios, desigualdades inaceitáveis.

Eu sou professor e eu auxilio pessoas que querem entrar no serviço público, mas nunca vou passar a mão na cabeça de privilégio na nossa sociedade, mesmo porque os meus alunos sabem que o servidor público tem como patrão o povo brasileiro. Não é o governo o bom patrão, como alguns pensavam até pouco tempo atrás: "Vou ser servidor público para não ter que dar satisfação a ninguém". Todos os meus alunos que entram no serviço público são ensinados a dar satisfação ao povo brasileiro, que é o chefe deles, que paga o salário deles e que exige compromisso com o serviço público. Enquanto não resolvermos isso, eu continuo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 52

afirmando que a máquina pública está podre, sim, porque é uma máquina que mantém desigualdades e privilégios inaceitáveis.

Então, eu queria que esse blogue pedisse as notas taquigráficas da reunião da Cepelo hoje para ver exatamente o que eu falei e não promover a difusão de más interpretações da minha fala.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Prof. Israel.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu quero parabenizar aqui o Deputado Prof. Israel pela fala que me antecedeu, até porque eu acho que o Deputado Prof. Israel tem essa vivência de universitários, de alunos e, então, sabe exatamente qual é a expectativa da população em relação a esse Poder Legislativo. É muito importante esse contato.

Eu quero testemunhar a seu favor, Deputado, porque eu estava junto com V.Exa. quando V.Exa. fez essas pontuações que foram feitas aqui no plenário. Realmente a sociedade não aguenta mais viver uma sociedade de castas. Uma casta superprivilegiada, que é o servidor público, está ganhando além do teto. Isso é tão louco, porque hoje nós estamos aqui discutindo se pessoas podem ganhar além do teto, algo que é praticamente já pacificado nos nossos tribunais superiores. Ou seja, nós estamos discutindo o descumprimento, no meu entendimento, de uma lei, porque há julgados no Supremo que falam que ninguém pode ultrapassar o teto. Aqui se discute se há um ou se há uma carreira ou se há outra ou se é benefício adquirido ou se não é benefício adquirido.

A evolução histórica tem demonstrado, cada dia mais, que os privilégios serão extintos. Diga-se de passagem, uma discussão a que eu sou favorável é o fim do foro privilegiado. Isso é ultrapassado. Eu acho que há tantas coisas que precisamos discutir. Essa questão dos supersalários já é um consenso na nossa Suprema Corte do Brasil, e estamos discutindo aqui se pode ou se não pode.

Essas pessoas que estavam ganhando 150 mil, 120 mil no serviço público precisam voltar à realidade, aos olhos dos brasileiros, dos brasileiros. O Estado não tem condição de manter esse tipo de salário. Se acha que é pouco, vá para o mercado de trabalho ver se consegue um salário de 30 mil reais. Porque, quando se abrem vagas, concursos públicos, seja para a Polícia Militar, para o Corpo de Bombeiros... V.Exa. é professor de cursinho, V.Exa. sabe disto, Deputado Prof. Israel: quantas pessoas dedicam suas manhãs, suas tardes, suas noites para ganharem um salário de 4 mil, 5 mil reais iniciais? Estamos aqui discutindo se a pessoa vai ganhar acima do teto.

Eu quero, neste momento, parabenizar o Presidente desta Casa, Deputado Joe Valle, que conseguiu organizar, porque, querendo ou não, esta Casa é uma Casa

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2017		15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA		53

democrática, nela há posições diferentes. Há pessoas que ainda acham que podemos viver com supersalário: um ganhando cem mil, outro ganhando oitenta, outro ganhando setenta. Mas a posição do nosso Presidente, aqui hoje, conseguiu equacionar essas divisões, que serão discutidas durante esses dez dias, até votarmos em segundo turno.

Outra coisa que é importante ser falada: não precisamos legislar sobre leis trabalhistas. Nós nem podemos legislar sobre leis trabalhistas, sobre coisas que são garantidas pela legislação trabalhista: décimo terceiro, férias, insalubridade. Por que estamos discutindo isso em projeto de lei, em uma PELO como essa? Nem para retirarmos isso, teríamos competência. Nós não temos competência para isso, não temos competência para legislar sobre o Direito do Trabalho. Isso é competência exclusiva da União. Nós não temos que discutir isso.

Causa-me estranheza trazer isso em um texto. Será que essas férias seriam a oportunidade de segundo ou terceiro período de férias, um quarto décimo terceiro? Eu acho que a nossa legislação federal é clara sobre isso. O que nós estamos limitando e que provocou, inclusive, uma discórdia é se nós temos exceções ou não. Eu acho que não tem que haver exceção. Direitos conquistados – ok – à custa do bolso do contribuinte, que não aguenta mais pagar a conta... Essa Casa abriu mão do direito conquistado, pois há vários parlamentos que têm décimo terceiro e décimo quarto salários. Abriu mão, porque a sociedade pressionou.

Há vários Deputados aqui que gostariam de usar a verba – porque faz falta, realmente faz falta no dia a dia – para custear as despesas com o mandato parlamentar, segundo a lei, mas não utilizam devido à crise. Diga-se de passagem, eu sou uma dessas, eu gostaria de utilizar. Tenho tido o zelo de não utilizar devido à crise que nós estamos vivendo.

O que nós estamos discutindo aqui é se esta cidade vai dar o exemplo como um todo ou se nós vamos continuar tendo castas, com exceção, e se esta Casa vai ter coragem de votar no formato em que está sendo votado.

Então, quero parabenizar o Deputado Joe Valle, porque, mesmo tendo entendimentos diferentes sobre questões trabalhistas, que vão ser discutidas durante esses quinze dias, Sr. Presidente, V.Exa. conseguiu acordo para que aprovássemos em primeiro turno hoje, dando a sociedade uma resposta, que é necessária neste momento.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Joe Vale, venho a esta tribuna neste momento para discutir a Proposta de Emenda à Lei Orgânica que coloca o teto constitucional, Deputada Celina Leão, no salário das estatais.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2017		15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA		54

Aqui eu quero adentrar à discussão meramente constitucional dessa matéria. Na minha avaliação, como já existe pacificação nos tribunais superiores... Até o Deputado Robério Negreiros nos apresentou uma decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo que as estatais devem se enquadrar no teto constitucional. Eu entendo que, quando o legislador, à época, Deputado Agaciel Maia, incluiu que, no serviço público, existia um teto, eu acredito que o legislador quis enquadrar todos os servidores públicos, independentemente de fazerem parte da administração direta ou indireta.

Obviamente que, com o decorrer e até com a execução, Deputado Bispo Renato Andrade, houve entendimentos diferenciados. Até porque são regimes diferentes. Aqueles que estão na administração direta são regidos diretamente pelo regime estatutário – no Governo Federal, pela Lei federal nº 8.112, de 1990, e aqui no Distrito Federal, pela Lei distrital nº 840, que substituiu a Lei federal nº 8.112 – e aqueles que estão nas estatais, na sua grande maioria, são regidos pela CLT.

Aqui existem alguns argumentos de que estaríamos legislando sobre direito trabalhista, estabelecendo teto de salários. Não. Não estamos legislando sobre direito trabalhista, estabelecendo teto de salários. O que estamos colocando é uma interpretação e uma exposição clara, Deputado Wasny de Roure, do que está na Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece que qualquer servidor público tem um teto, que é o valor estabelecido para o Supremo Tribunal Federal. No caso dos estados e municípios, o teto é vinculado ao salário dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do estado.

O Poder Executivo encaminhou a esta Casa uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica que vai ao encontro disso, até mesmo para dar constitucionalidade, porque, Deputado Raimundo Ribeiro, aprovando a brilhante proposta da Deputada Celina Leão, poderíamos estar incorrendo em vício de iniciativa. Essa Proposta de Emenda à Lei Orgânica, apresentada pelo Poder Executivo no mesmo sentido, vem tirar qualquer indício de inconstitucionalidade referente à interpretação dessa lei.

Acredito que, do ponto de vista moral, em um País que vive uma crise, em um Distrito Federal, Deputado Raimundo Ribeiro, em que temos o maior índice de desempregados das regiões metropolitanas do País, não podemos ter pessoas que ganhem salários absurdos em detrimento de uma classe trabalhadora que ganha pouco e trabalha muito. É necessário, sim, que se estabeleça o teto; é necessário, sim, que se valorize o servidor. Mas o teto deve ser estabelecido para colocarmos uma moralidade na Administração Pública. E digo ainda mais, Deputado Raimundo Ribeiro, é necessário que até a escolha dos dirigentes das estatais seja feita de forma transparente e aberta. E aqui quero parafrasear o Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, quando S.Exa. diz que precisamos radicalizar na transparência. É verdade. Precisamos radicalizar na transparência, precisamos deixar aberta a maneira como é feita a escolha desses dirigentes. Defendo, Deputado Raimundo Ribeiro e Deputado Wellington Luiz, que qualquer dirigente precisa ser sabatinado por esta Casa. Os Presidentes de todas as estatais, como o BRB e outras. Também defendo que esse

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	

teto seja estabelecido para que possamos praticar o que chamo de justiça social, no sentido de que aqueles que obviamente ocupem cargos de direção possam receber, mas com um teto estabelecido.

Deputado Chico Leite, não dá para uma autoridade nomeada pelo governador ganhar três, quatro ou cinco vezes mais do que o próprio governador. Isso é incoerente, está fora da curva. "Ah, mas a legislação atual permite isso." Por isto existe o Parlamento, para na realidade organizar e corrigir essas distorções. É incoerente que uma autoridade nomeada pelo governador receba três vezes mais que ele, que é a maior autoridade daquele estado. Isso acontece no Governo Federal.

Deputado Joe Valle, fiquei estarecido! O vice-presidente de um banco estatal chega a ganhar 120 mil reais por mês, enquanto o Presidente da República ganha 30 mil reais. Deputado Chico Vigilante, o Presidente da Nação tem a responsabilidade de tocar o País e o vice-presidente de um banco substitui eventualmente o presidente na sua ausência.

Então, quero aqui já antecipar, Deputado Wellington Luiz, o meu voto favorável a essa Proposta de Emenda à Lei Orgânica que estabelece o teto na administração indireta, com dois pontos de vista: o argumento jurídico, que, na minha avaliação, já está pacificado nos tribunais superiores, quando o legislador incluiu que o teto do serviço público – para mim, tudo aquilo que é público é serviço público – está estabelecido com o dos ministros do Supremo Tribunal Federal, para o Governo Federal, e, para os estados, com os salários dos desembargadores; e, do ponto de vista moral, que nós praticamos a justiça social.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Logo após o pronunciamento do Deputado Raimundo Ribeiro, se possível, vamos entrar em votação, senão daqui a pouco haverá o esvaziamento do plenário e não será possível votarmos.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.)
 – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse tema dos supersalários precisa ser contado verdadeiramente como acontece.

O que aconteceu? Boa parte da imprensa – mais precisamente, salvo engano, o portal *Fato Online*. Os outros copiaram, mas foi o *Fato Online* que denunciou a existência de salários elevados lá – descobriu que lá na Caesb... Imediatamente alguns se mexeram para buscar, em outras estatais, Terracap etc., fatos que todos aqui já sabíamos. Ninguém aqui desconhece que o salário da Terracap é acima do valor normal que se paga na administração pública direta. Mas muito bem. Esse fato foi levantado pelo *Fato Online* e foi denunciado e replicado na

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
04 04 2017	15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA		56	

imprensa de modo geral. Houve até uma emissora de TV que disse: "Depois que nós começamos a mexer, foi que..." Nada disso. Mentira. Foi o *Fato Online* que publicou primeiro.

Aí, o que aconteceu? Começa o festival de hipocrisia. O Governador se assusta com o fato e manda para a Câmara, imediatamente, um projeto querendo que se limite o salário daqueles servidores, como se ele desconhecesse isso! Ora, bolas! Basta ele participar de um churrasco de fim de semana com a família para descobrir o que o primo dele ganha, afinal de contas, muitas das estatais estão entregues aos parentes dele. Ok. Aí, o Governador resolve mandar para esta Casa um projeto de lei que reduz os salários.

Infelizmente, esta Casa está dando tramitação a esse projeto. Por que eu digo infelizmente, Deputado Juarezão? Porque não há necessidade de nenhum projeto de lei para se cumprir aquilo que a Constituição determina no seu artigo 37. Se o Governador quiser reduzir o salário dos primos, está fácil. É só determinar que na administração pública se cumpra aquilo que está estabelecido na Constituição Federal. Mas eu me atrevo a dizer a V.Exa. qual foi a motivação. Ele quis jogar mais uma vez para a Câmara Legislativa a responsabilidade daquilo que ele não tem coragem e obrigação de fazer e mandou esse projeto para cá.

Nós, até com o intuito bom de colaborar, apresentamos uma emenda aqui, outra acolá, mas olhem: nós não precisamos apresentar emenda nenhuma. O que precisamos é devolver esse projeto para o Executivo, haja vista que não há necessidade de um projeto de lei. E a lei não pode ser usada para esconder o medo do Governador de contrariar a sua parentela.

Então, já vou aqui, Sr. Presidente, anunciar que o meu voto "não" a esse projeto não significa que eu concorde com os salários que alguns dizem elevados. Significa, sim, que não é necessário um projeto de lei, ou uma lei, para se cumprir aquilo que a Constituição Federal já determina. Aliás, isso é mais do que não é necessário. Além de não ser necessário, é até um desserviço que se presta ao ordenamento jurídico fazer uma lei inócua, uma lei que não precisa existir para que se possa tomar a atitude correta.

Então, com o meu voto o Governador não contará para esconder o seu receio de desagradar a seus parentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Continua em discussão. (Pausa.)

Conforme acordo de Líderes, as emendas apresentadas em primeiro turno passam a configurar como emendas de segundo turno.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Srs. Deputados, eu vou ler novamente para que não haja dúvidas. Estamos em votação da Proposta de Emenda

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	

à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 60, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, em tramitação conjunta com a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 67, de 2017, de autoria do Poder Executivo. Os projetos foram apensados. O projeto original é da Deputada Celina Leão e foi apensado ao projeto do Deputado. Depois, no segundo turno, serão feitas as devidas alterações conforme acordo no Colégio de Líderes, na CESP PELO e entre os nobres Deputados no dia de hoje.

A orientação é pelo voto "sim".

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seguindo o entendimento e deixando claro que nós estamos votando o texto-base, que é um substitutivo da CCJ que acresce apenas noventa dias de prazo para o governo se adequar ao estatuto da empresa, deixando bem claro que eu não vou abrir mão das duas emendas que foram protocoladas com o entendimento de transferi-las para o segundo turno, então o meu voto será sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)



PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 60/2013 (TC PELO 67/2017) DATA: 04/04/2017
AUTORIA: DEPUTADA CELINA LEÃO E OUTROS (X) PODER EXECUTIVO
TURNO: 1º (X) 2º () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB	1					
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					X
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					X
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					X
RESULTADO			22	0	0	2	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
22	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
2	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
22	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 58

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovada a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 60, de 2013, em tramitação conjunta com a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 67, de 2017, em primeiro turno, na forma do substitutivo aprovado na CCJ.

A matéria segue a tramitação regimental.

Passo à leitura do substitutivo para evitar qualquer tipo de dúvida sobre o texto.

“Art. 1º O § 5º, do art. 19, da Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 5º Aplica-se a todas as empresas públicas e às sociedades de economia mista distritais, e suas subsidiárias, o disposto no inciso X.

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.”

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro para declaração de voto.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu entendo que, para cumprir aquilo que a Constituição determina, o governo não precisa encaminhar qualquer projeto que possa limitar ou flexibilizar os valores a serem pagos aos servidores.

Todavia, no momento em que ocupei a tribuna, eu entendia que o projeto que estava sendo discutido era o projeto oriundo do governo, que já traz consigo, pela sua origem, o defeito do erro.

Então, ao ser esclarecido que o que nós estávamos votando era um projeto de autoria da Deputada Celina Leão, da nossa bancada, que visa exatamente a disciplinar e a suprir uma lacuna, o que não foi feito pelo governo, nós votamos favoravelmente, mas com esta declaração de voto, entendendo que seria desnecessário que o governo encaminhasse qualquer projeto, bastando, para tanto, cumprir aquilo que a Constituição Federal determina no seu art. 37.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu queria fazer uma retificação da votação. Deputada Liliane Roriz: de “ausente” para “sim”. Então foram 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências. Uma das ausências é do Deputado Cláudio Abrantes, que passou mal aqui. Aprovada então a Proposta de Emenda à Lei Orgânica.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para declaração de voto.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 59

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só fazendo um adendo à fala do Deputado Raimundo Ribeiro, eu concordo com S.Exa. até pela jurisprudência que tem o Supremo Tribunal Federal. Há várias aqui: do Ilmar Galvão, da Carmem Lúcia, do Ricardo Lewandowski e do Ministro Dias Toffoli, que, na própria ementa, põe a jurisprudência pacífica no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Ela já narra que o teto remuneratório a que se refere o art. 37, inciso XI, da Constituição Federal aplica-se também aos empregados de empresas públicas e sociedade de economia mista mesmo antes da edição da Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

Como o governo mandou o abacaxi para cá, a gente vai descascar e moralizar, mas a gente tem que fazer isso ouvindo os colegas. Eu, como relator, no segundo turno, que é a ideia que vai ser proposta, vou ouvir todos. A ideia é buscar um substitutivo.

O próprio Deputado Wasny de Roure, numa emenda de minha propositura, coloca os jetons no teto de remuneração, o que é plausível, porque os cargos de primeiro escalão é que vão para esses conselhos. Isso é justamente para moralizar algumas coisas, mas também ter o cuidado que a bancada do PT está tendo – e que é válido, a matéria é muito complexa –, para não cometer também algum tipo de injustiça com os servidores.

Mas os servidores têm que entender que não há mais espaço para salários que ultrapassem o teto. Quando um servidor está no serviço público, ele sabe que existe um teto. E a gente não vai reduzir o salário dessas pessoas, Deputado Wasny de Roure. A pessoa que recebe 90 mil, 100 mil, vai continuar recebendo, embora não efetivamente. A gente está definindo o quê? A aplicação do teto. Lá no holerite dela, vai estar 90 mil, mas ela vai perceber o teto aqui do GDF.

Parabéns, Deputado Joe Valle. Esse projeto não seria votado hoje, mas V.Exa., com maestria, de uma forma democrática, construiu esse processo com os relatores, respeitando as Comissões, o que é muito importante. V.Exa. tem feito esse papel conciliador.

Agradeço ao Deputado Julio Cesar, o Presidente da CESP PELO, que, de uma maneira muito democrática, atendeu esse pleito. A gente tem de construir algo e dar essa resposta à sociedade, pois é disso que ela precisa.

Tenho certeza de que, se depender da Câmara, o teto vai ser para todos. Trata-se de isonomia, e a comunidade e a sociedade almejam isso. Se a pessoa quer receber mais do que o teto, que vá para a iniciativa privada, porque, como disse o Deputado Prof. Israel com muita proficiência – um defensor dos servidores públicos –, quando as pessoas entram no Poder Público, já têm o conhecimento de como é. A gente não pode permitir esses efeitos cascatinhas.

Empresa pública tem dinheiro da população, sociedade de economia mista também. Na minha emenda já há uma melhoria, por isso que é boa. O GDF tem 49% das ações da Terracap; se a gente colocar que o GDF tem que ser o detentor

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 04 04 2017	Horário Início 15h05min	Sessão/Reunião 25ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 60

maior das ações, a Terracap não entra, Deputado Joe Valle. Então, a gente tem que fazer um ajuste para que haja essa isonomia. E para que esta Casa, com os 24 Parlamentares, propicie esse marco histórico para o Distrito Federal neste momento de crise.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Robério Negreiros... Deputado Robério Negreiros, eu gostaria de ter o privilégio da sua atenção. Eu considero esta uma noite de vitória para a cidade. Quero cumprimentar os meios de comunicação, que, de uma maneira bastante responsável, mas na defesa da coisa pública, tiveram uma postura extremamente estimulante em relação a esta Casa.

Eu concordo que o conjunto de emendas seja apreciado no segundo turno para dar mais critério e mais condições seletivas. Mas o governo, demorando ou não, e a própria Deputada Celina Leão, como eu já havia ressaltado, deram uma demonstração de preocupação com a coisa pública. Acho que neste momento, Deputado Joe Valle, o importante é quem ganha, que é a cidade. Então, vamos esquecer as nossas disputas neste momento. É um ganho para a moralidade da coisa pública.

A Câmara também dá, Deputado Joe Valle, uma demonstração para o cenário nacional, porque isso é praticamente inédito, inclusive em relação ao que tramita no plano federal. Portanto, é uma noite de vitória, esta Casa mais uma vez dá demonstração de cuidado com a coisa pública.

No segundo turno adentraremos os detalhes necessários, seja na questão de jtons, seja na questão do lucro, seja na questão de décimo terceiro etc. Não é que não sejam relevantes, são iniciativas que vão dar robustez à moralidade pública, mas é preciso evitar a judicialização para não trazer prejuízo maior à nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO JOE VALLE – Muito agradecido, Deputado Wasny de Roure.

Gostaria, neste momento, fazendo a declaração do meu voto, de dizer que é muito importante este trabalho coletivo. Quero agradecer enormemente ao Presidente da CESP PELO, que fez a reunião hoje, colocou o processo em votação; ao relator da CESP PELO, que trabalhou também de uma forma extremamente dedicada; ao bloco do PT, especialmente ao nosso amigo Willemann, que, entendendo todas as condições, regimentalista como é, com o conhecimento que tem, trouxe soluções, num acordo muito importante para esta Casa e para o Distrito Federal – muito obrigado, Willemann; ao nosso bloco; ao Presidente da CCJ, que também colocou a matéria em votação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 04 2017	15h05min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	61



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Eu acho que nós estamos avançando para um modelo colaborativo. Acho que é isso o que fica de importante. Quem ganha é a Casa e, ganhando a Casa, como consequência, ganha a população do Distrito Federal.

Eu fico muito feliz com essa votação. Tenho certeza de que damos um passo para, no segundo turno, trabalharmos conjuntamente, achando caminhos coletivos, claros, que vão auxiliar a cidade a se ressignificar dentro de uma capacidade extrema, maravilhosa, que é a de ser a Capital da República e ser exemplo para todo o Brasil.

Então, eu agradeço a todos essa votação. Foi um momento extremamente importante, como disse o nosso decano, Deputado Wasny de Roure, que fez uma intervenção excelente. Todos ganham. É uma noite de vitória para Brasília.

Muito agradecido.

Amanhã, então, temos o compromisso de apreciar o projeto sobre a questão dos cantineiros, do Deputado Chico Vigilante, os vetos e os projetos em segundo turno, terminando a pauta dos Deputados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Agradeço, mais uma vez, a todos que participaram desta sessão.

Nada mais havendo a tratar, e por falta de *quorum*, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h38min.)